



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 03-11-14

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Lista de participantes não fornecida
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (AURÉLIO NOMURA) – Bom dia a todos. Vamos abrir a audiência pública com a presença do Vereador Ricardo Nunes, nosso Relator. Na qualidade de Presidente da Comissão, declaro aberta a 21ª Audiência Pública do ano 2014 e a quinta audiência temática do PL 467/2014, Orçamento de 2015. Nesta audiência, iremos debater com a Secretaria da Educação, a Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia, a Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação e o Fundo de Esportes, Lazer e Recreação.

Informo que esta reunião está sendo transmitida no portal da Câmara - www.camara.sp.gov.br, *links* TV Câmara, Auditórios On-Line. A íntegra da transcrição desta audiência pública está disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo www.camara.sp.gov.br, no *link* Audiências Públicas, Registro Escrito.

Foram convidados a participar desta audiência pública o Sr. Antonio Cesar Callegari, Secretário Municipal de Educação; a Sra. Mariana Neubern de Souza Almeida, Diretora-Presidente da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia – Fundatec e o Vereador Celso Jatene, Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.

Informo que as inscrições para pronunciamento devem ser feitas junto à Secretaria desta Comissão.

Vamos suspender a presente audiência por cinco minutos, retomando-a logo mais.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Aurélio Nomura.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Reabrindo esta reunião, convido a Diretora-Presidente da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia Sra. Mariana de Souza Almeida a fazer uso da palavra.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Bom dia a todos. Há um ano atrás, estive neste mesmo lugar, prestando esclarecimentos com relação ao Orçamento de 2014, da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia. É uma lembrança importante, mas primeiro apresentarei a Fundação para quem não a conhece.

A Fundação Paulistana foi criada no Município de São Paulo no ano de 2004 e tem por objetivo disseminar a formação técnico-profissional, principalmente em regiões da Cidade onde se tem menor oferta desse tipo de formação, ou seja, nas áreas periféricas. Ela se consolidou na área de Saúde, tem uma escola técnica de formação em Saúde, que fica em Cidade Tiradentes, a Escola Professor Makiguti, que hoje conta com quatro cursos e forma anualmente em torno de 2.000 alunos. Trata-se de uma experiência bem sucedida de formação de alunos nessa área e muitos deles acabam trabalhando no setor público na região Leste, especialmente Cidade Tiradentes, onde há falta de profissionais nessa área.

Tendo falado sobre o escopo da Fundação, retomo a questão do orçamento. No ano passado, fizemos uma proposta de redução do Orçamento de 2014 com relação a 2013, saindo de 9 milhões aproximadamente para 7 milhões. A razão dessa redução é que todo ano a Fundação, de fato, não executava seu orçamento. Então, apresentamos uma proposta realista, alterando o que se vinha fazendo tradicionalmente.

A razão pela qual a Fundação não executava seu orçamento – continua, na verdade, com alguns limites na sua execução – é porque ela foi criada em 2004, constituiu a Escola, que conta com 35 professores, mas ela não foi dotada com uma área administrativa compatível. A Fundação só tem, no seu quadro de cargos, eu – Diretora-Geral – e 12 agentes de apoio, que são de nível médio, são os AGPPs – Agentes de Apoio de Políticas Públicas. Então, é a Diretora, 12 AGPPs e 35 professores. Esse é o quadro geral da Fundação.

Acredito que qualquer pessoa, especialmente o pessoal que veio discutir Educação, sabe a dificuldade na área administrativa para se conseguir executar um processo administrativo de uma escola. Mais difícil seria se quiséssemos dar vazão ao objeto principal da Fundação na sua criação, ou seja, de fato expandir o ensino técnico-profissional para as áreas periféricas da Cidade.

O projeto original da Fundação previa a criação de um PL com os cargos efetivos dois anos depois de sua criação, ou seja, em 2006. Esse PL não havia sido enviado à Câmara

até este ano. Neste ano, conseguimos enviar um PL que organiza a estrutura da Fundação Paulistana, criando seus cargos efetivos de administração, incorporando a ela um novo equipamento, que é o Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes, um equipamento bastante grande, ainda sem sua estrutura administrativa e orçamento próprios. Este passaria a fazer parte da Fundação para expandir a sua grande função que é proporcionar formação na área cultural. Ele não é um centro cultural apenas, mas tem também um papel importante na formação de profissionais na área cultural, seja nas atividades cênicas, de iluminação, cenário, em várias áreas técnicas, que o Centro de Formação tem condições de proporcionar pelo seu espaço, por sua vocação e não o faz hoje por limitação administrativa e orçamentária.

Então, a ideia é vinculá-lo à Fundação, fortalecendo o desenvolvimento local em Cidade Tiradentes, com duas áreas atendidas naquela região – Saúde e Cultura. Seria preciso organizar a Fundação para que ela pudesse facilitar essa expansão, sendo mecanismo de contato com outro programa importante do Governo Federal, que é o Pronatec.

O Pronatec, para quem não conhece, é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que dá acesso à formação técnica em todo o Brasil. O mecanismo de atuação do Pronatec é tentar juntar a demanda e a oferta. Ele faz um processo em que identifica, a partir das Prefeituras, quais são as principais áreas onde existe demanda de formação técnica, quais cursos que precisam ser oferecidos, e busca parceiros para fazer a oferta dessa formação, para dar os cursos. É o Pronatec que permite essa convergência entre quem tem o curso para poder dar e aqueles que precisam.

A Prefeitura de São Paulo, até hoje, funciona como demandante, ou seja, ela, nas suas áreas de educação de jovens e adultos, pela Secretaria do Trabalho, pelos CATs, pela Assistência Social, ela identifica grupos de pessoas que têm necessidade de algum tipo de formação técnica e cuja formação auxiliaria no complemento da política pública de atendimento daquela família, ou daquele grupo de pessoas, mas ela não dá o curso. A Prefeitura, hoje, não dá o curso, pois, para dar o curso, você precisa – segundo as regras do Pronatec – de ensino

técnico, quer dizer, uma escola técnica com, pelo menos, cinco anos de experiência, o que a fundação é.

Então a Fundação Paulistana foi aprovada, agora, no Pronatec, desde junho, na verdade, desde abril, para ser ofertante de curso. Assim, a Prefeitura de São Paulo passa a oferecer cursos técnicos e pode captar recursos do Governo Federal para fazer esses cursos no Município de São Paulo, ampliando bastante a capacidade de articulação dessa política no Município, de maneira geral, então, articulando dentro da própria Prefeitura a demanda e a oferta.

Portanto, podemos combinar e temos feito isso no conjunto das secretarias, identificando as demandas e procurando nos organizar para atender nessa oferta e captando recurso federal que também ameniza os efeitos sobre o orçamento público. Essa é a ideia.

Esse projeto que organiza a Fundação Paulistana e dá para ela um sentido maior do que a Escola de Saúde Professor Makiguti, que foi o que ela fez até hoje e fez bem. Desde 2004 até hoje uma escola de saúde, mas só uma única escola técnica, não era uma política de formação técnica profissional no Município.

Para constituir essa política de formação técnica-profissional do Município, a Fundação precisa de uma estrutura que vá além de 12 cargos de nível médio e uma diretora geral. Ela precisa de uma organização administrativa consistente até para fazer esses convênios, essas conversas.

Por isso, nesse ano, apresentamos um orçamento no qual, no Tesouro Municipal, ampliamos o gasto de 7 milhões para 13 milhões, aproximadamente. O projeto de lei que está circulando para essa estruturação da Fundação está na Câmara, mas ainda não foi votado. O valor de ampliação é equivalente ao que consta no projeto como impacto do PL 318, de estrutura da Fundação.

E, além desse recurso do Tesouro, no total de 13 milhões, a previsão orçamentária para 2015 inclui um repasse de 8,320 milhões do Governo Federal. Então é um recurso federal

que nunca tivemos acesso, já começamos a dar curso, já temos alunos Pronatec. Ensinou-se Pronatec na Escola de Saúde Professor Makiguti, mas, para o ano que vem, com a estrutura, pretendemos ampliar. Temos aprovadas já três mil vagas. O orçamento amplia, se não me engano, para cinco mil.

Salvo engano então é isso, quer dizer, o total do orçamento da Fundação dá um saldo considerável, porque ele sai de sete e vai para 21,6. Desse saldo, parte significativa é recurso do Governo Federal viabilizado por esse acesso ao Pronatec.

A outra parte significa, é o impacto dessa estruturação de cargos dentro da Fundação, que se espera e que o Executivo pleiteou junto à Câmara, para cumprir, na verdade, a lei de 2004 que já criou uma fundação e previa que ela tivesse alguma estrutura para funcionar.

Então é isso que justifica o Orçamento como ele está e estou aqui à disposição para tirar dúvidas, do plenário, e dos Srs. Vereadores. Obrigada.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só para entender, esses 13 funcionários – é claro que a senhora é nomeada em cargo de provimento -, mas os outros 12 cargos são concursados ou não?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA - Sim, são concursados.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Os doze? E agora esse aumento que se pretende dentro do orçamento com relação à unidade, que saía de R\$ 781 mil para R\$ 1,8 milhão, desculpe, para R\$ 3,5 milhões, isso se deve exatamente a novos cargos?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA - Sim, são novos cargos que estão aparecendo.

P – Quantos cargos serão criados, pois é um aumento de 356%?

R – Isso é importante só frisar que tem um equipamento adicional da Mesoporte que está vindo para a Fundação e que hoje tem um gasto aproximado de 5,3 milhões, incluídos no Orçamento da Secretaria de Cultura, que passariam a ser incorporadas à Fundação

Paulistana, então, só aí já tem valor adicional de pessoal, inclusive.

Mas, considerando os cargos todos no projeto 318 são 80 cargos no total.

P – Oitenta cargos?

R – Sim.

P – De confiança?

R – Não.

P – Quantos de confiança?

R – Se não me engano, são 35.

P – Trinta e cinco cargos de livre provimento?

R – Dezesesseis, de livre provimento? (Pausa)

De livre provimento total, acho que não. Acho que tem um pouco mais.

P – Esses cargos de livre provimento, qual a média de salário que se propõe?

R – São espelhados no processo da administração direta, os DASs.

P – Sim, mas o que se pretende?

R – A maior parte deles está entre o DAS 9, 10 e 11.

P – Isso, traduzindo, dá quanto mais ou menos?

R – O DAS 9 está, mais ou menos, R\$ 2,5 mil até uns R\$ 3 mil ou R\$ 3,5 mil. De 2,5 mil a 3,5 mil a faixa geral. Alguns desses cargos, a diferença é que alguns dos cargos chamados de confiança, que são cargos em comissão, são atribuídos pela própria estrutura, para quem está na estrutura.

Darei um exemplo. A escola técnica Professor Makiguti tem 4 cursos técnicos e ela não tem, na sua estrutura, nenhum coordenador de curso e nenhum coordenador pedagógico, por exemplo. Não tenho um coordenador na escola. Funciona com coordenadoras pedagógicas cedidas, hoje, pela Educação, mas não tem estrutura. Alguns desses cargos são entre os professores para poder cumprir essa tarefa e organizar melhor a prestação de serviços que hoje é feita lá.

P – Parece-me que a fundação pretende implementar o Pronatec, que irá concorrer com o Sesc, Senac, realmente, uma grande referência na cidade de São Paulo.

Há necessidade de se fazer essa concorrência com as unidades do Sesc, Senac? Não era melhor a Prefeitura ceder um terreno para que o Sesc, Senac, bem como na zona Sul, pudesse implantar uma unidade lá no local, ao invés de destinar dinheiro para a mesma função, para as mesmas atividades?

R – É que não se trata de uma concorrência, mas de uma complementaridade. Há diversos cursos demandados hoje pela Prefeitura e se conversarmos com as várias secretarias que trabalham nessa área, hoje, elas vão reforçar essa posição, o Sesc, Senac, não tem condição de oferecer todos os cursos demandados atualmente.

Na área da Cultura, em particular, que foi uma das que gerou o movimento da Fundação, boa parte daquilo que é demandado não é respondido pelo Sesc.

As parcerias, a Prefeitura tem feito até em termos de cessão de terrenos com o Instituto Federal, por exemplo, que está na zona Leste. Inclusive, tem avançado a parceria para ampliar essas outras instituições. Realmente não se trata de concorrência, trata-se de ampliação e maior coordenação do processo do Município.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Gostaria de passar a palavra ao Relator Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Desculpe-me, eu não conheço nada da Fundação Paulista de Educação e Tecnologia, então, eu tenho dúvidas, sim. Perdoe-me se eu fizer alguma pergunta estranha.

Nós temos a escola técnica Professor Makiguti? É a escola que a Fundação Paulista tem?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA - Paulistana.

O SR. RICARDO NUNES – Paulistana. É a única escola que temos?

R – Dentro da Fundação, sim, hoje.

P – É só essa?

R – Ahã.

P – E essa escola, a senhora falou, mas só para todos acompanharem o raciocínio, ela dá o curso para quantas pessoas?

R – Em torno de dois mil alunos formados ano.

P – Dois mil alunos ano?

R – Lembrando que temos o curso de três semestres, então, tem formatura no meio do ano e no final do ano também.

P – Dois mil anos. (Pausa) Será que minha conta está certa? O custo aluno só da Fonte 00 seria R\$ 6,6 mil? Não é possível. Deve estar errado. Espere um pouco.

R – Qual cálculo o senhor está fazendo?

P – Estou pegando a Fonte 00, que é nosso ouro.

R – Mas de que ano?

P – De 2015.

R – Não, mas em 2015 não são dois mil alunos. O senhor tem de considerar que, em 2015, além da escola técnica Makiguti, tem um segundo equipamento que é o Centro de Formação Cultural que deve ter... é que a estrutura de curso é diferente na área cultural do que a de Saúde. Não cursos técnicos de um ano e meio. São de menor duração a maioria deles.

Mas o senhor vai ter alguma coisa como formação também, equivalente a dois mil alunos, além das atividades de programação que estão envolvidas dentro do Centro Cultural.

Então o valor de Zero Zero para 2015 ele cobre não só os contratos de manutenção de dois importantes equipamentos na Cidade Tiradentes, como também o curso técnico propriamente dito desses alunos.

P – Mas, de 2014, então, qual seria? Deixe-me só somar aqui a Zero Zero. É que a senhora é uma das pessoas mais competentes da Prefeitura que eu conheci, então, decerto, vamos chegar num bom termo.

R – Se pegarmos o orçamento 2014 e dividir pelos dois mil alunos, você vai chegar em R\$ 3,5 mil ano, que é mais ou menos, acho, a conta que deseja fazer.

P – É, três mil ano.

R – Três mil e quinhentos reais por aluno. Isso no orçamento 2014 que não consta com o valor de fato executado, pois, como eu disse, nosso orçamento sobra em função da falta de estrutura administrativa para executá-lo.

Então, na verdade, minha execução vai ser inferior, portanto, esse valor médio também vai cair.

P – Certo. Mas o que acontece? O Vereador Aurélio Nomura lembrou bem essa questão do sistema Sesi, Senai, que tem o Pronatec, inclusive, há varias propostas de ampliação dessa atividade junto à Prefeitura de São Paulo e, inclusive, será feito um grande empreendimento na zona Leste – essa Casa votou, ano passado, a cessão do terreno, por 99 anos – e a Fiesp vai construir toda a parte do prédio, ou seja, é 100% de custo de investimento e de custeio que são 200 milhões por ano que eles vão gastar, por conta do sistema S do Sesi, Senai. Isso sem nenhum gasto para a Prefeitura e com o convênio do Pronatec.

Existe um pedido da Fiesp, do sistema Sesi, Senai para usar o autódromo de Interlagos e fazer uma grande escola de mecânica e, inclusive, uma biblioteca automobilística – não é esse o termo – ah, é Museu do Automobilismo, custo zero para a cidade de São Paulo. Todo o custo de investimento e custeio por conta do Sesi e do Senai.

Então essa questão que o Vereador Aurélio Nomura colocou de que existe o Pronatec bem encaminhado com quem sabe mexer com isso, que é profissionalizante, que são o Sesi e Senai – a Prefeitura, do meu ponto de vista, não é expertise dela -, mas há outra questão Sra. Marina, que acho importante podermos dialogar.

Na Secretaria de Assistência Social há os Cedesp. Inclusive, a Secretaria vem procurando alterando os CJs, os Centros de Juventude, para os Cedesp, que são cursos profissionalizantes para os jovens. Eles tem um repasse de valor que dá em torno de... não

chega a R\$ 200,00 por aluno, inclusive com alimentação e tudo, no sistema de Cedesp da Assistência Social.

Se na Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia estamos com uma média de trezentos e poucos reais...

É que quando vem da senhora, temos outro espírito de recepção dessa informação, pois sabemos da sua competência que é verdadeira, não estou fazendo média não, todos os Srs. Vereadores concordam que a senhora é competente.

Mas não era o momento de repensarmos se, realmente, a Fundação Paulistana tem de cuidar de cursos profissionalizantes, se já temos a ferramenta do Sesi, Senai, que está funcionando. É custo zero à Prefeitura. É zero. Só ceder o terreno.

E o sistema da Assistência Social que já tem toda uma estrutura com bastante recurso também do Governo Federal. Tem certeza que é importante fazer isso?

R – Vereador, primeiro, obrigada pela parte de reconhecimento do meu trabalho. Mas o Cedesp, por exemplo, custa, hoje, ao Município, anualmente, em torno de 24 milhões para fazer os cursos dentro da assistência social, que é um valor bastante alto, dependendo do perfil dos cursos do próprio Cedesp – se fosse feita algum tipo de adaptação – o Município poderia receber recursos do Pronatec para poder financiar parte dessa despesas, pois estou falando isso num outro horizonte.

O que gostaria de salientar, de novo, é que não se trata de concorrer com o que tem no Sesc, a questão é que o Sesc e o Senac, hoje, oferecem, não dá conta da política demandada pelas áreas finalísticas da Prefeitura, ou seja, se o objetivo de se fazer formação técnico-profissional é criar uma condição de se formar um ciclo positivo de formação, empregabilidade e geração de emprego dentro das áreas periféricas,

Hoje, a vazão que o Sesc consegue dar a isso é insuficiente. Essa análise foi feita, inclusive, a partir de um Comitê do Pronatec montado na Prefeitura de São Paulo com as Áreas Finalísticas. Salvo Engano, esse comitê está funcionando há uns oito meses,

aproximadamente. As vagas do Pronatec para a cidade de São Paulo tinham caído. Comparado a outras Capitais e outros Municípios o acesso ao Pronatec é bastante baixo em função da insuficiência da oferta e não, obviamente, da demanda. Nós que moramos em São Paulo sabemos que não falta demanda por ensino técnico profissional. De fato, a oferta precisa ser complementada.

Todas as outras políticas que estão sendo colocadas não são conflitantes. Na verdade, elas são convergentes. A ideia de ter uma fundação que possa inclusive ampliar essa articulação tem como último horizonte melhorar a política de desenvolvimento local e a articulação da Prefeitura com esses outros entes na oferta dessa política. Uma estruturação de fundação que onera o Município em cinco milhões aproximadamente adicionais e consegue atrair, numa hipótese ainda baixa, oito milhões do Governo Federal é uma política positiva. Porque a contrapartida é inferior à sua captação e o efeito que se tem, do ponto de vista de formação, ainda é imensurável nesses termos. Esses oito milhões do Governo Federal ainda é nossa perspectiva reduzida. Aprovando, há capacidade para aumentar bastante.

Estou recebendo mensagens de dois funcionários; um da Cultura, do Centro de Formação Cultural e um cedido por Sempla para a Fundação; que, neste exato momento, estão no MEC passando pelo processo de pactuação das vagas para 2015. A perspectiva deles é ampliar bastante o acesso do Município às vagas do Pronatec, via Fundação Paulistana. Então, precisamos ter condição de fazer isso. Sem uma estrutura de cargos, seria irresponsável de a nossa parte trabalhar com dinheiro federal e com a implementação de acesso ao ensino técnico. Aliás, a Fundação tem grandes problemas jurídicos do passado em função da falta de pessoal especializado para tratar dos seus assuntos e cuidar deles como deveriam. Há processos trabalhistas, administrativos e de diferentes níveis em função da falta de organização de uma Fundação. Criar fundação e dar a ela condições de funcionar faz parte da responsabilidade pública.

O SR. RICARDO NUNES – Sra. Mariana, a Fundação Paulistana tem uma sede,

um local ou um escritório?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – A escola funciona na Cidade Tiradentes, onde há uma sede e um edifício próprio. A Fundação hoje funciona numa sala nas dependências da Secretaria de Planejamento.

O SR. RICARDO NUNES – Esses 200 mil para reforma é referente ao prédio da Escola Técnica Makiguti?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Isso. Apenas para lembrar, são quatro cursos técnicos na área da saúde. É um nível bastante alto. Convido todos a visitarem a escola. Ela possui laboratórios técnicos bem estruturados. Esse valor seria para fazer a reforma do laboratório da parte de saúde bucal. Havia uma reforma adicional que ainda não conseguimos organizar todo projeto para fazer.

Os cursos técnicos têm diferentes tipos de investimentos. Quando se fala em curso técnico de análises clínicas, por exemplo, são questões laboratoriais e tal, eu preciso de uma estrutura razoável e a escola tem. Faz três anos que a obra aparece no Orçamento e nunca conseguimos executá-la em função de falta de pessoal para organizar esse projeto.

P – Hoje se formam por ano dois mil alunos. E a previsão desse Orçamento é para 2015 formar quantos alunos?

R – No mínimo cinco mil, porque a Escola de Saúde Makiguti não está crescendo. Ela se mantém no mesmo patamar, que são os dois mil alunos, referente à estrutura que temos. Vamos ampliar o Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes e a formatura é um pouco diferente, porque não se trata de formar em cursos técnicos de um ano e meio. São cursos de menor duração. Então, eu posso formar, no mínimo, dois mil alunos, que foi a conta que fiz.

Fora isso há as vagas de Pronatec que não precisam nem acontecer nas duas dependências da Fundação. Na verdade, temos trabalhado com o Comitê do Pronatec da Prefeitura, mas a ideia é utilizar outros espaços como os Telecentros, os CEUs para fazer

turmas Pronatec e aí posso aumentar. No Pronatec, incluindo esses de Cultura, já tem aprovado mais três. Se eu fosse fazer o menor chute possível, chutaria cinco mil. Duas estão garantidas na Escola de Saúde e mais três mil aprovadas no Pronatec, embora esteja tentando aprovar um número maior.

P – Sra. Mariana, a senhora tem como ninguém conhecimento geral da peça orçamentária. Conhece a peça como um todo. O valor de 21 milhões para atender a cinco mil pessoas é um Orçamento maior que de várias Subprefeituras. A senhora que conhece tudo acha esse valor razoável?

R – Acho razoável porque desses oito milhões, inclusive, são federais. Esse valor inclui a ampliação de vagas. Com relação a esses cinco mil, estou dizendo que se tudo desse errado daqui para frente e pegasse apenas o que já está aprovado, se as pessoas em Brasília não aprovassem nenhuma vaga para São Paulo, o que acho muito pouco provável.

P – De onde a senhora fala sobre esses oito milhões, porque na 02 há 6,612 milhões, não é?

R – Há 6,612 na operação e manutenção das unidades de ensino e tem mais 1,708 milhão na administração da unidade. São duas dotações orçamentárias em 02.

P – Terá recursos federais para manutenção?

R – Sim. O repasse do Pronatec é por aluno atendido, inclui a parte de alimentação e transporte do aluno, mas tem uma previsão adicional para administração.

- Manifestação fora do microfone.

R – Como assim repasse? Há a previsão de incluir 13 milhões para o próximo ano da Prefeitura, de 00, na Fundação, que é para manter a estrutura dela como estava funcionando. Fora isso teria o adicional do Pronatec. Como não trabalhamos ainda com o recurso da Pronatec, vai ser a primeira experiência agora, o orçamos de uma maneira um pouco mais conservadora, considerando os repasses para o aluno e uma parcela menor de apoio à administração. Estudamos e existe outra fundação na cidade de Indaiatuba que

trabalha da mesma maneira, tem a mesma estrutura jurídica da nossa e nos baseamos nela.

P – Com relação ao que a Fundação Paulistana de Tecnologia e Educação tem de propósito e com relação ao Cedesp da Assistência Social, não consegui entender muito qual a diferença. O custo pela Fundação sai menor do que pelo Cedesp?

R – Não dá para fazer a conta assim direta por aluno, porque a estrutura de curso é muito diferente e as áreas também. Não posso comparar um auxiliar administrativo a um técnico em saúde bucal ou um técnico em análises clínicas, que é o que tenho hoje mais concreto de formação. São cursos bastante diferenciados.

Para o Município em geral, a política da Fundação tem perspectivas de ter um custo menor com uma formação muito maior do que o modelo que hoje é implementado no Cedesp. Inclusive por isso que a Secretária Luciana Temer tem conversado conosco constantemente para avaliar como ela pode, a partir da consolidação da Fundação, estruturar uma política de formação ampliada na Assistência Social.

P – Estou vendo isso. Existe uma vontade política de ter esse recurso do CJ, o que vem se mostrando é que não está sendo muito utilizado pela presença. Sexta-feira, vou visitar, chego lá, existe um CJ para 120 jovens e tem dez, vinte. Levei esse fato para a Secretária e começou a criar essa cultura de alterar o CJ para o Cedesp, porque já existe o espaço físico lá e tal. Talvez fosse interessante aprofundar com ela essa questão, porque são cursos diferentes, mas já existe estrutura na Cidade para isso. Está tudo focado na zona Leste. A senhora é da zona Leste?

R – Não.

P – Todo trabalho da Fundação Paulistana está lá não há nenhuma outra atividade para o resto da cidade de São Paulo, para a região Norte e para a região Sul.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Quando ela foi criada, ela pretendia crescer. Se pegarmos a sua lei original, na verdade, ela pretendia crescer para outras regiões, Sul e Norte. Havia um projeto maior. A partir de agora, a nossa ideia é que, do

ponto de vista do espaço físico próprio, restrinjamos, por hora, o que está na zona Leste, mas a ação da fundação não depende de um espaço físico próprio, porque se pode, de fato, potencializar o uso dos equipamentos públicos já existentes, sejam telecentros, sejam CEUs, sejam as parcerias existentes, como é o caso do Cedesp. Estamos nessa conversa com vários órgãos da Prefeitura. Vi o comitê do Pronatec. Para o ofertante, eu posso fazer uma oferta remota. Há um específico do Pronatec onde eu utilizo um equipamento que não é meu diretamente. Não é a fundação que tem o equipamento, mas eu posso fazer toda a organização do curso, para que ele aconteça num CEU ou num telecentro. A gente poderia ter feito algumas conversas bem interessantes, para ampliar, para já haver, no ano que vem, também cursos em Parelheiros. Aí estou falando do extremo Sul, na área de agricultura urbana e agroecologia. O Cesp(?) tem dificuldade de ter esse tipo de oferta, e a gente tem conversado com a subprefeitura nesse caso.

O SR. RICARDO NUNES – Só para concluir, a senhora tem doze agentes de apoio de nível médio; mas quem dá aulas para as duas mil pessoas?

R – Eu tenho 35 professores também mais doze agentes.

P – Trinta e cinco professores que são funcionários da Fundação Paulistana?

R – Isso, concursados.

P – Então, a senhora tem doze agentes de apoio e mais 35 professores?

R – Isso. Os 12 agentes de apoio são para a parte administrativa.

P – Muito obrigado, Sr. Presidente.

R – Obrigada. (fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Mariana, a primeira que quero trazer aqui é sobre a importância que tem a fundação, não só para a zona Leste, mas, em especial, por ser uma experiência que, desde

2004, vem funcionando com elogios. Eu já tive oportunidade de visitar a instituição mais de uma vez, e algumas preocupações estão colocadas no projeto de lei. Uma delas é dos professores, que reclamam da falta de um plano de carreiras e reestruturação. Parece-me que o projeto que está tramitando, na Casa, resolve esse problema, porque tem toda a perspectiva de crescimento. Aí a fundação dá uma resposta aos profissionais que estão lá. A minha preocupação diz respeito a alguns pontos. Um deles a senhora já tocou, a questão da reforma. O prédio foi construído em 2003.

R – Foi inaugurado em dezembro de 2004.

P – A senhora fez referência à questão da reforma, quanto à dificuldade que há. A Prefeitura tem trabalhado de que maneira para equacionar isso, para tentar, de fato, melhorar ou reformar o equipamento?

R – Só para esclarecer primeiro o ponto do plano de carreira, esse PL 318 não é o PL do orçamento do qual V.Exa. trata especificamente a urgência; mas é o PL que estrutura a fundação e está diretamente relacionado. Além da estrutura de cargos, ele buscou resolver esse problema desde 2004, que são esses 35 professores que têm uma carreira própria específica, professores de ensino técnico na Prefeitura, que estavam sem um plano de carreira. A gente concluiu o plano de carreira e discutimos com eles longamente, durante o ano passado e o início desse ano. Então, esse plano de carreira tem o apoio dos professores. Eles têm sempre se colocado à disposição para virem até aqui e colocar um pouco a situação de quem estava lá. Isso felizmente a gente conseguiu fazer, a proposta e cobrir um passivo com a fundação.

Agora com relação às obras, a fundação hoje não tem nenhuma estrutura que organize, não tem uma área que organize o projeto, depois de feita a licitação. Eu não tenho equipe para fazer essa continuidade. A gente não tem conseguido dar conta da questão da obra. Objetivamente, o projeto está parado. O que estamos colocando em andamento? O que a nossa reduzida equipe consegue fazer? Garantir o funcionamento, garantir reposição de

laboratório, garante lousa. Porque as compras todas, todo processo de aquisição na fundação são feitos pela Sempla e articulados por alguns funcionários cedidos da Sempla, para Fundação.

O SR. PAULO FIORILO – Apenas, uma dúvida, você pode recorrer a outros expedientes para tentar equacionar esse tipo de coisa, por exemplo, buscar na estrutura da Prefeitura do Município de São Paulo, por meio, ou da Educação ou da Secretaria de Infraestrutura para poder equacionar?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA - Podemos aderir alguma ata. Nosso problema é conseguir ter um projeto, fazer a contratação de um projeto, nem que seja um projeto básico para poder entrar nessas atas.

P – Isso não é por falta de recurso, mas, você disse que é por falta de pessoal?

R – Isso.

P – Outra questão: parece-me que é assim. O Orçamento que você apresenta está amarrado à aprovação do projeto 318. Aqui, na questão do Pronatec, foi colocada a dúvida pelo nobre Vereador Aurélio Nomura, e você disse que não há aqui uma disputa, uma concorrência, mas a dúvida que me surgiu é outra. A expectativa do sistema AES é que a Prefeitura do Município de São Paulo possa ceder espaço para construção de equipamentos e nós temos uma demanda reprimida que é a falta de espaços, inclusive para a construção dos nossos equipamentos, e nesse caso específico, eles não vão construir equipamentos para tratar só do Pronatec. Vão construir os equipamentos que já são da estrutura ou do modelo deles. Aqui não há uma disputa de público, mas a possibilidade de complementar. Por fim, a questão da Smads, hoje você saberia dizer quantos alunos estão nessa formação profissional de Smads?

R – Não sei....

P – Mas possivelmente mais de três mil, pelo que vimos tempos atrás. E uma reclamação que eles tinham era, por exemplo, a falta de estrutura de vale transporte, ou

mesmo de outros benefícios que eles poderiam ter. Aqui, com o Pronatec, você acha que há possibilidade de equacionar essa demanda que também existe em Smads?

R – Sim. Isso que temos conversado com a Secretária Luciana. Agora, o problema é seguinte: dá para equacionar, o modelo do Pronatec permite consolidar a política da resposta para essas demandas que existem hoje nos beneficiários do Cedesp, e ampliar os serviços. O que hoje não temos condições de fazer em função das execuções orçamentária do Município. Tem condição. O que temos de fazer é um processo consistente e sem traumas. Existe uma coisa que funciona no Cedesp, ainda que tenha alguns problemas, ele tem o reconhecimento, temos de avançar juntos, uma vez estruturada a fundação, fazer a conversa e ver que medida que conseguimos ampliando, o atendimento junto a Smads.

P – Por fim, Sr. Presidente, o orçamento aqui para a Fundação, tirando o que é fonte 02, porque você está prevendo a aprovação do projeto e também a vida do Pronatec, é razoável para tocar os dois equipamentos, tanto a escola como o Centro Cultural, e também para implementar os cursos e a contratação, caso o projeto aqui consiga ser aprovado rapidamente. Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Consulto a assessoria se tem inscritos para falar a respeito da Fundação. (Pausa) Todos estão inscritos para falar da Fundatec?

Com a palavra a Sra. Cida Perez. A senhora tem três minutos para fazer a pergunta.

A SRA. CIDA PEREZ – Na verdade quero fazer a defesa. Eu estava na Secretaria de Governo, acompanhando o Plano de Metas, e uma das minhas incumbências era o Pronatec. Quero dizer que as vagas são insuficientes que ofertadas pelo sistema AES. Demandamos, 60 mil vagas no Pronatec e foram encaminhadas treze mil pelo MEC, e o sistema AES ofertou cinco mil. Temos uma demanda bem maior. Outra questão do Pronatec, é que ele é ofertado, em primeiro lugar para quem vai em busca do seguro desemprego. A pessoa que está lá no seguro desemprego ela acessa o Pronatec antes. E temos uma

demanda de jovens. Podemos perceber isso. Não só na educação que o pessoal pode falar, quem está saindo do ensino fundamental e médio, por mais cursos e não conseguimos ofertar. A ideia toda de estruturar Fundatec e de credenciá-la junto ao MEC era poder ofertar cursos que o Sistema AES não consegue suprir na Cidade de São Paulo. Além disso, o sistema AES está com aqueles cursos que chamamos de gaveta: auxiliar administrativo, encanador. Eles só dão quando monta toda a turma. E temos hoje uma demanda, principalmente na área cultural, onde fizemos os cursos, lá na Cidade Tiradentes é de outra característica. Você tem um mercado pré designer, pelas tecnologias de informação e que o Sistema AES não oferta. O nossos jovens não tem buscado e não tem saída, e foi por isso que formulamos toda essa proposta da Fundatec para poder suprir e também tem o custo, que é bem menor, porque no Pronatec vem um recurso por aluno que fora a hora aula aluno, ele vem um recurso administrativo.

Esse recurso vai ajudar financiar a Fundação. Participei dos cálculos que estava na equipe desse grupo do Pronatec, e a temos, quase que certeza de que boa parte do custeio da fundação virá fins recursos do Pronatec. E aí podemos, inclusive está atendendo o número de vagas do Pronatec que colocamos no Plano de Metas, que era 100 mil vagas no Pronatec. Se nós continuarmos a depender só do sistema AES, não vamos cumprir essa meta.

O SR. RICARDO NUNES – Como iremos fazer a política de curso profissionalizante na cidade com uma visão centralizadora em uma cidade tão grande?

A SRA. CIDA PEREZ – Ela não é centralizadora porque ela não vai estar no prédio. A Mariana explicou isso. Você pode fazer, remotamente, vários lugares como na Cidade Tiradentes no Centro Cultural que está sendo utilizado. É um instituto Federal que aqui no Centro, lá disponibilizou as salas e eles mandam os professores e acompanham o currículo que é dado lá. A ideia é buscar esses parceiros. A Pronatec passa a ser ofertante e aí pode fazer convênios com outras entidades para ofertar esse curso. Ela não concorre com o sistema AES, pelo contrário, vai ampliar em muita oferta de custos, para, principalmente para os jovens.

O SR. RICARDO NUNES – A ideia da Fundatec é fazer o que a Assistência Social vem fazendo de ter pulverizado na cidade um sistema de atendimento à população, inclusive com CJ. A Fundatec vai concorrer um pouquinho com o sistema AES, e um pouquinho com assistência social?

A SRA. CIDA PEREZ – Ela não concorre com nenhum. Ela vai conseguir o sistema AES hoje...

P – Vamos criar mais um sistema?

R - Mais um, não! Complementar. Não é mais, porque seria mais para o mesmo e a Fundatec não é mais do mesmo, muito pelo contrario, é o que falei o sistema “S” nós demandamos enquanto Prefeitura 60 mil vagas do Pronatec. O MEC junto com o MDS ofertaram 13 mil vagas e na hora que foi até o sistema “S” ele tinha cinco mil vagas só.

O SR. RICARDO NUNES - É que a Prefeitura não cedeu os terrenos para ampliar os espaços.

A SRA. CIDA PEREZ - Não é por causa disso não porque lá na zona Leste a Prefeitura cedeu uma escola para o Instituto Federal e isso já começou a funcionar, o Pronatec, na zona Leste tem terreno cedido para o Sesi desde a época que eu fui Secretária.

O SR. RICARDO NUNES - Nós votamos no ano passado.

A SRA. CIDA PEREZ - Mas, tem terreno desde a minha época cedido e não foi construída a escola, então, quem está aumentando construção e investindo na Cidade são os institutos federais, nós não estamos concorrendo com eles, que remos ofertar outra gama de cursos porque o Sesc/Senai nessa área de tecnologia da informação não ofertam cursos, não tem o diálogo. O Senac tem ótimos cursos desde que você pague. Se a gente conseguir ser o ofertante da Prefeitura vamos poder criar esses cursos em parcerias e o Sedep hoje parece que é de graça, pois o Sesc/Senac colocam na gratuidade deles, mas custam 24 milhões. Se trouxermos essa rede do Sedep para dentro da Fundatec em convênio com eles nós podemos ter muito mais recursos para melhorar o serviço da assistência social da Cidade.

O SR. RICARDO NUNES - A ideia é pegar o Sedesp da Ciência Social e fazer para a Fundatec?

A SRA._____ - Não até porque os Sedesps em si...é fazer convênios. O repasse que é feito hoje via formação direta para a rede conveniada do Sedesp você fazer um equilíbrio em que os beneficiários de lá também possam ser beneficiários do Pronatec e com isso receber alimentação, transporte, potencializar a relação que hoje existe, não é trazer para dentro.

O SR. RICARDO NUNES – Para deixar bem claro a ideia não é tirar o Sedesp da Ciência Social e trazer para Fundatec?

A SRA._____ - Não, certeza absoluta isso.

A SRA. CIDA PEREZ – Não só com ela, mas a gente teve a equipe que fazia parte do Pronatec, esse comitê que tinha na Prefeitura, e tivemos em Itaquera e o próprio padre colocou que não queria vir o Pronatec porque não via vantagens. A vantagem para ele é se for complementar, então, é um convênio a mais que você pode melhorar os recursos de lá.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o Sr. Eduardo, da Secretaria Municipal de Cultura.

O SR. EDUARDO – Bom dia a todos. A minha fala é em defesa da Fundação. Sou Diretor do Departamento de Expansão Cultural a qual o Centro de Formação Cultural está vinculado. Na verdade a Fundação quando vier a se tornar uma realidade vai ser um órgão fundamental e complementar em diversas políticas. Hoje o Pronatec já é uma realidade para a Cidade e para a Secretaria Municipal de Cultura, por exemplo, é uma grande aposta na criação de cursos que o próprio sistema “S” não tem interesse e disposição em criar como na verdade ele vai ser o lócus que vai permitir com que diversos equipamentos da cultura tenham cursos gratuitos, que oferecem uma bolsa e que podem, na verdade, representar a ativação de vários equipamentos que tem uma demanda por formação e que não conseguimos atender.

Por exemplo, hoje o Pronatec, na área de cultura, a gente vai chegar ao final do

ano com mil vagas, tivemos uma formatura na Cidade Tiradentes e temos hoje, por exemplo, cursos funcionando a maioria deles no Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes, que nasce com essa característica, mas também no Centro Cultural da Penha, aqui na biblioteca Monteiro Lobato, na Galeria Olido, que é central, na Biblioteca Mário de Andrade, é um projeto piloto, mas que é a ideia é levar para grandes estruturas da Secretaria, e aí localizadas em diversas pontos da cidade, como, por exemplo, a biblioteca Prestes Maia, que tem uma vocação, tem espaço, já discutimos bastante sobre esse assunto. Mas, outros equipamentos que estão em regiões importantes, o próprio de CCJ, outros equipamentos da Secretaria e da municipalidade que podem receber esses cursos.

Eu atuo na Secretaria desde 2006 e tenho acompanhado, desde o início, o projeto de criação do Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes. Sem uma estrutura como a Fundação hoje, é muito difícil de fazer a gestão dessa política profissionalizante, aceitar a demanda, porque a própria estrutura da Prefeitura, além de bastante precária, não dispõe de mecanismos que precisamos para fazer uma gestão mais autônoma. Acho que hoje, se a Secretaria de Cultura puder contar com uma estrutura como a Fundação e, no diálogo que já temos, por exemplo, hoje, com a Secretaria de Educação em relação aos CEUs e aos territórios CEUs, a Fundação vai permitir com que analisemos, que um estudo de demanda mais apropriado, que entendamos a diversidade da Cidade e quais são as diferentes áreas de formação que têm de ser desenvolvidas, a Fundação vai permitir com que criemos cursos novos, não apenas aqueles que estão nos catálogos das entidades conveniadas, e que são parceiras e que continuarão parceiras, como todo o sistema S, mas vamos ter autonomia, Vereadores.

Acho que esse é o grande ponto: vamos conseguir aproximar a demanda, chegar à demanda que a Cidade oferece e, aí, com um instrumento na mão, como a fundação, que nos permita desenvolver cursos de acordo com a demanda do próprio mercado, conseguiremos, de fato, fazer uma inserção...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Conclui, por favor.

O SR. - OK.

... especialmente dos jovens, mas não só dos jovens, de todos aqueles que precisam de formação cultural para se inserir ou se reinserir no mercado. E acho que um ponto fundamental, que é esse, como a Cida Perez explanou bem: os jovens, hoje, têm uma demanda gigantesca por formação em diversas áreas. Na área de cultura, particularmente, recebemos essa demanda, mas não conseguimos dar vazão e, principalmente, não conseguimos aproximar onde estão as vagas, desses jovens, desses profissionais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado.

Gostaria de chamar Laerte Brasil., por três minutos, por favor.

O SR. RICARDO NUNES - Presidente, só enquanto Laerte se posiciona, posso fazer um comentário para Sena.

Sena, você que é uma pessoa também que trabalha bem, só um comentário: é interessante essa visão que vocês têm de querer trazer tudo para a Prefeitura, não é? Até a questão do serviço... Não estamos conseguindo cuidar na nossa cultura. A Biblioteca Prestes Maia - estou falando com você desde o ano passado - tem quatro funcionários. Um prédio do tamanho do prédio da Câmara Municipal, tem quatro... Não conseguimos fazer cultura do prédio da Biblioteca Prestes Maia. Precisa tomar cuidado: se queremos trazer muita coisa, que não se está conseguindo cuidar do que já temos, não é? Só uma... Só um alerta - não é? -, que, às vezes, se quer fazer tanto e não se cuida do que tem de se fazer, por exemplo, na Prestes Maia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Tem a palavra Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL - Eu sou Presidente Nacional da União Global Seguro dos Trabalhadores e Empreendedores Sustentáveis do Brasil (?), que é a UGTSB (?), e através dos organismos institucionais de base da Central, viemos cumprimentar aqui os Vereadores da

Mesa, as autoridades e todas e todos aqui reunidos para debater o presente e o futuro das políticas públicas de educação profissionalizante da cidade de São Paulo.

Tivemos uma ação, participando de 61 audiências públicas do PDE e das 35 audiências públicas dos Planos de Metas do Governo Haddad e uma das maiores ações, uma das maiores teses que apresentamos, que foram as mais votadas pelos participantes dessas audiências públicas, foi a isenção de impostos de tributos para as empresas, tanto industriais, na área de prestação de serviços, de informática e de outras ações, se instalarem nos bairros da região Leste e da região Sul. Por quê? Essas regiões são as mais populosas aqui da cidade de São Paulo e há territórios, nessas duas regiões, que há mil cidadãos disputando uma vaga de emprego. Um verdadeiro absurdo.

Apresentei a tese não visando colocar o emprego perto da moradia, porque isso aí é uma visão até equivocada de muitos, mas sim de transformar os bairros da cidade de São Paulo em verdadeiras cidades. É nessas ações que nós apresentamos a defesa do Pronatec, porque duas empresas estão se instalando na região Leste, uma gerando cerca de três mil empregos diretos, outra, mil. E nós fizemos uma pesquisa, 70% da mão de obra não se encontra na região porque não tem profissionais qualificados. Então, 70% da mão de obra dessas empresas vai vir de outras regiões, inclusive de outras cidades da Região Metropolitana. Por isso que a gente veio apresentar aqui a tese pela defesa.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Passo a palavra para a Sra. Mariana, para as respostas.

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Foram três falas, na verdade, em apoio, mais do que responder. Só queria fazer alguns comentários finais, os últimos esclarecimentos.

Primeiro, é meu dever falar desses alunos que estão hoje na Cidade Tiradentes e que já foi informado pela Fundação. É bem recompensante. A gente recebe muito elogio da

política, porque são alunos formados e, por exemplo, os de análises clínicas ficam entre os primeiros colocados em concurso, por exemplo, do Laboratório Adolfo Lutz. Não sei quem conhece, mas é um laboratório bastante renomado e são alunos da escola que saem e são bem colocados nesse laboratório. Muitos deles trabalham em equipamentos públicos na própria região, suprimindo também uma necessidade e até esse problema tradicional que a gente discute, de mobilidade, de a pessoa ter que sair do Centro para trabalhar na zona Leste, sair da zona Leste para vir para o Centro. A ideia da política de desenvolvimento local e trabalhar o ensino profissionalizante vinculado à demanda local é um salto que a Fundação conseguiu dar com sua pequena experiência e pretende dar na medida em que ela consegue se estruturar.

Respondendo ao Vereador a questão sobre a pertinência e a concorrência com a SMADS, na verdade eu sou diretora da Fundação, mas também fui coordenadora de planejamento durante o ano passado, início deste ano, e ainda apoio o gabinete da Sempla na formulação do orçamento da prefeitura como um todo. Então eu tenho bastante convicção e tranquilidade quando eu digo... A gente avaliou, antes de mandar esse PL, do ponto de vista da natureza e da relevância para o orçamento público de a Fundação assumir essa cara que a gente está propondo agora. Quer dizer, em que medida isso ia onerar mais ainda o orçamento? E eu digo assim falando de quem costuma dizer exatamente o contrário para as áreas, de reduzir, de reavaliar.

Por que colocar isso? Porque essa fundação que estão sendo proposta tem um caráter muito mais articulador de políticas, e que é a função própria do poder público, do que de tentativa de crescimento e ocupação dos espaços por contra própria. A ideia de não crescer em mais equipamentos ou de não crescer em mais professores também, porque, se avaliar, não tem criação de novos cargos de professor. Por quê? Porque é uma articulação de uma política vinculada à política federal, apoiada no recurso que o governo federal tem hoje destinado para esse tipo de fim, e simplesmente potencializando o uso que o município faz desse recurso e, no caso do município, apoiando as suas secretarias para que elas, que já têm

diversas políticas-fim próprias, na parte de formação também tenham apoio para buscar o que às vezes não conseguem buscar por conta própria, que é a oferta de alguns cursos, de algumas vagas que elas não conseguem direcionar da maneira como gostariam.

Então ela é de fato um equipamento... eu vejo isso... a fundação... acho que é aí que ela se torna relevante, ela se justifica, como uma máquina articuladora do ensino profissional e da questão de desenvolvimento local, mais do que uma grande executora propriamente dita da política. Ela articula parceiros de dentro e de fora nesse caráter, nessa questão do ensino profissional que ainda está limitado, e não só para Cidade Tiradentes, mas para o conjunto da cidade de São Paulo, com esse caráter de articulação.

Só agradecer as colocações de todos.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Presidente, posso fazer uma pergunta que faltou, uma dúvida rápida?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Um minuto.

O SR. RICARDO NUNES – Mariana, o curso é de um ano?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Um ano e meio. O nosso na Makiguti, hoje, é um ano e meio. Esses outros cursos que são possíveis... O Pronatec, só para esclarecer, tem dois grandes grupos de cursos: os cursos técnicos, que são esses com duração de um ano e meio, e os cursos chamados de FIC, que são mais curtos, de 200, 300 horas, cursos menores em que se enquadra a maioria dos da cultura.

O SR. RICARDO NUNES – É um período por dia ou são duas turmas?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Na escola Makiguti são três turmas, manhã, tarde e noite. A escola fica aberta desde a manhã até 23h.

O SR. RICARDO NUNES – Então nós vamos ter uma média de 19 alunos por professor?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Precisa ver se... É que eu não tenho os dois mil... É o que eu te falei, a formação deles é no ano, as salas são pouco...

são bem mais do que isso quando você entra em cada sala. Não dá essa média, ela é mais alta.

O SR. PAULO FIORILO – Pela oportunidade, Sr. Presidente, só para tirar uma dúvida. Mariana, o processo de seleção para os alunos que estudam na escola continua o mesmo de 2004 ou foi alterado?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Hoje eles ainda estão fazendo o bio-vestibulinho de 2004, o mesmo processo seletivo. A gente está incluindo agora o processo seletivo do Sisu, que é para entrar via Pronatec, então os alunos que prestam o ENEM e fazem uma inscrição no Sisu passam a poder optar pelas vagas da escola.

O SR. PAULO FIORILO – Mas o critério de ter escola pública, essas coisas, continua?

A SRA. MARIANA NEUBERN DE SOUZA ALMEIDA – Continua no vestibulinho nosso.

O SR. PAULO FIORILO – Obrigado. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Agradeço mais uma vez a presença da diretora presidente da Fundatec, Sra. Mariana de Souza Almeida.

Tendo em vista o adiantado da hora, o Secretário de Educação está ainda em reunião com o Prefeito, mas já me foi dito que o chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação está presente e apto para responder a todas as perguntas. Então gostaria de chamar o Sr. Ataíde Alves.

Vamos inverter, vamos ouvir primeiro a população, tendo em vista que acho que todos estão com fome aqui, posteriormente vamos passar a palavra aos vereadores. Vamos fazer essa inversão em homenagem àqueles que estão aqui até agora. Vamos fazer blocos de cinco perguntas. Peço à assessoria para me passar a relação e passo a palavra ao Sr. Ataíde Alves, por cinco minutos, para a sua exposição.

O SR. ATAÍDE ALVES – Quero pedir licença ao Presidente para apresentar a

nossa equipe que nos ajuda nesse processo: Prof. Antônio, que é o chefe da assessoria de planejamento; a equipe que elaborou, que preparou o orçamento para ser discutido hoje. Fizemos essa elaboração durante alguns meses e trouxemos todos para que a gente possa esclarecer. Estamos à sua disposição, pela inversão proposta, para que se façam as perguntas primeiro, depois a gente vai responder.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Se o senhor quiser fazer a exposição primeiro, tem cinco minutos.

O SR. ATAÍDE ALVES – Muito rapidamente, até pelo adiantado da hora, esse orçamento para 2015 tem como parâmetros, em primeiro lugar, a previsão de receita do próprio município. Como todos sabem, há essa vinculação de natureza legal para que a gente possa trabalhar. Independentemente disso, a gente tem que observar o próprio programa de metas estabelecido para esta gestão. Há também os nossos projetos internos. A gente destaca, rapidamente, o projeto de gestão pedagógica que está em pleno processo de implantação. Temos uma luta praticamente quase que diária com a questão da ampliação do acesso à educação infantil. Há uma luta também constante para a melhoria da qualidade do processo educacional. O maior destaque que temos, nesse processo, é a implantação da Universidade Aberta do Brasil. Só como registro, neste primeiro ano, estamos com uma quantidade de aproximadamente 8 mil alunos. Nenhuma universidade brasileira começa com esse número fantástico. Temos poucos mestres e doutores em nossa rede e a implantação da UAB está utilizando as melhores universidades brasileiras. É um marco fantástico nesse nosso processo.

Temos, também, outro destaque que é a extensão e ampliação do tempo de permanência da criança, do aluno, em ambiente educacional e a própria melhoria da qualidade do ensino através da ampliação de infraestrutura na rede.

Isso é uma introdução muito rápida, para que fiquemos à disposição daqueles que tiverem interesse, tiverem perguntas.

Gostaria de solicitar que o Prof. Antonio sentasse ao nosso lado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Solicitação aceita.

Tem a palavra o Sr. Rafael Vitorino, do Conselho Participativo do Distrito da

Liberdade.

O SR. RAFAEL VITORINO – Bom dia a todos.

Tenho duas perguntas a fazer: uma sobre a Secretaria da Educação e outra sobre a Secretaria da Cultura.

É uma reivindicação muito antiga da região Central que a população seja contemplada com a implantação de um CEU. Estamos na luta há bastante tempo. De um ano para cá, parece que passamos a ser ouvidos com maior respeito, porque existia uma certa visão, por parte do Poder Público, de que a região Central já estaria contemplada com equipamentos públicos suficientes, o que não é verdade, tendo em vista que todos os equipamentos públicos de qualidade são pagos. Se verificarmos hospitais, escolas, temos os melhores os hospitais, as melhores escolas, as melhores universidades, mas todas são particulares e pagas.

De um ano para cá, parece que a Secretaria da Educação, de certa forma, passou a nos escutar. Encaminhamos vários pedidos, por meio da população, através de abaixo-assinado; por meio do Conselho Participativo, que também colocou como prioridade número um a implantação de um CEU; e também por meio do CEPOP, através de nosso Conselheiro, houve uma defesa muito efusiva da implantação de um CEU aqui na região Central, em especial na região do Glicério, devido à vulnerabilidade maior. Não apenas pela concentração de uma população desprovida de quaisquer meios, mas também em razão da alta mortalidade da juventude.

Enfim, como morador da Liberdade há 20 anos, pude verificar o quanto a juventude está sendo castigada. O mesmo jovem que você vê brincando na rua, depois de 20 anos você o vê cometendo crimes e sendo morto pela Polícia.

Só que para o nosso espanto, a despeito da Secretaria da Educação reconhecer essa necessidade, até agora não houve nenhuma medida concreta. Não houve projeto. Indicamos vários locais para a implantação. A Secretaria não foi verificar esses locais. Existia a intenção de a Secretaria acompanhar o subprefeito, acompanhar o Conselho Participativo e nada. Gostaria de saber exatamente porque esse projeto não foi para frente.

E o segundo é em relação à Cultura, infelizmente não temos nenhum representante da Cultura, porque também o projeto do Centro de Formação Cultural da Liberdade não foi para frente, tendo em vista que já tem o imóvel, há uma demanda importante na região, nós

temos festivais, eventos culturais, há uma concentração enorme de cultura, só que não há nenhum local para incentivar, porque até agora esse Centro de Formação Cultural da Liberdade não saiu do papel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Apenas para avisar que com relação ao Centro Cultural nós temos uma audiência pública que vai discutir a questão da Cultura. Já foi inclusive. Aqui só estamos discutindo a questão da Educação. Só para deixar um alerta.

Tem a palavra o Sr. Lenilson Rodrigues.

O SR. LENILSON RODRIGUES – Bom dia a todos. Vou ser bem direto ao assunto. Venho aqui justamente porque trabalho através do edital vocacional, sou artista orientador e trabalho nos CEUs da cidade de São Paulo, inclusive, atualmente estou no CEU Anhanguera, km 34 da Anhanguera.

Trabalhei também no Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes. Sou morador do centro e também faço parte do Conselho Participativo Municipal da Liberdade.

Minha questão é: por que a Secretaria de Cultura não se mexe perante as reivindicações oficiais da população, através do Conselho Participativo eleito. Já escolhemos os terrenos, já mostramos os terrenos e discutimos com a população. Não há nenhuma movimentação e ao mesmo tempo, como Conselheiro e morador da região, acabo até tendo vergonha de voltar para o Centro porque trabalho justamente nessas áreas que são carentes, nas periferias, já estive em quase todos os CEUS da zona Sul e claro, com certeza, acho que a população merece um equipamento daquela qualidade, só que quando voltamos para o Centro percebo que não há oferta nenhuma, principalmente na região do Cambuci, Liberdade, Glicério, Mooca e, inclusive, a Av. do Estado que faz também a ligação Leste – Oeste e o Bairro da Liberdade é rasgado por causa disso.

Então não temos uma área de convívio social que os CEUs permitem nessas áreas periféricas de São Paulo. Gostaria de saber por quê? Por que a morosidade, por que a não

escuta, já que temos o Conselho Participativo Municipal na Liberdade, que é justamente para poder amplificar esse contato da população com o Poder Público e viabilizar as coisas.

Essa é minha pergunta pertinente a essa questão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra a Sra. Raimunda Mota, moradora da Liberdade.

A SRA. RAIMUNDA MOTA – Bom dia a todos. Na verdade não sou moradora da Liberdade. Considero-me moradora da Baixada do Glicério, estou lá desde os cinco anos, moro naquela região e percebo que a cada dia a situação tem sido pior. A região é discriminada pelas políticas públicas, principalmente pelo nosso Subprefeito.

Minha indignação é pelo CEU também. Só que não vou ficar indicando terreno porque não tem para quem indicar, porque o setor imobiliário está tomando toda a nossa região. Na Baixada estão sendo construídos condomínios de alto luxo e só tenho uma indicação: o prédio do Batalhão da Polícia Militar, que era da Prefeitura, foi doado para a Polícia Militar e tem como retornar para a Prefeitura e fazer um CEU para as nossas crianças e jovens.

Fui criança, adolescente e sou mãe na Baixada do Glicério. Fico triste ao ver meus sobrinhos e crianças da Baixada ficarem, nos finais de semana, expostos à criminalidade, a jogar bola no meio da rua e ser acidentadas, como está acontecendo diariamente e ficar a olho nu, às cegas, porque as pessoas estigmatizam a baixada do Glicério com criminalidade, e não é isso que acontece e peço por favor.

O Conselho está reclamando, está participando e, na verdade, sou contra indicar terreno, porque já temos prédio e terreno indicados, que são os mais apropriados para atender toda a Mooca, toda a baixada e todo o Cambuci.

Então, por favor, só peço isso.

Obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o Sr. Franklin Nakamura, da Feira da Liberdade.

O SR. FRANKLIN NAKAMURA – Bom dia a todos e obrigado pela oportunidade.

Sou integrante da Feira da Liberdade, mas hoje estou aqui como morador, mesmo. Também estou junto à causa do Conselho Participativo. Eles estão muito mais a par da situação dos terrenos, mas como morador tenho visto que a baixada do Glicério não está só pontualmente no Glicério. A violência, que gera todo o tráfico na região, atinge as outras áreas periféricas também.

Então, estou aqui para reforçar e sensibilizar as Secretarias responsáveis, para que haja uma ação urgente nesse sentido, para que essas ações sejam realmente eficientes, porque quem mora no entorno da baixada do Glicério é que sente isso. Sou um trabalhador e um morador da região e tenho visto essa violência e essa falta de cultura avançarem para as outras regiões. Portanto, reforço a importância de se ter esse CEU.

Acabei de escutar que não há orçamento, mas se acha orçamento para outras coisas e, talvez, essa seja uma causa muito mais nobre do que as outras.

Muito obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Passo a palavra para os representantes da Secretaria.

Tem a palavra o Sr. Athayde Alves.

O SR. ATAÍDE ALVES – Agradeço a todas as manifestações favoráveis à ampliação de equipamentos educacionais ou de natureza social. Particularmente, fico muito feliz ao ouvir tudo isso, por uma simples razão: sou autor dos primeiros movimentos, no Brasil, para fazermos Educação em tempo integral. Na época, havia um repúdio total. As pessoas não entendiam, não compreendiam.

Depois, a Prefeita Marta, muito felizmente, conseguiu compreender isso e implantou, aqui em São Paulo, todo esse processo. Hoje, temos 45 unidades em funcionamento.

Especificamente, com relação à demanda essa região Central da Cidade, como em outras também, o principal problema na Cidade é falta de espaço. Quando há as indicações das áreas, nos dividimos em três unidades, dentro da Secretaria, para cuidar desse assunto, áreas, terrenos, espaços para se construir equipamentos sociais. Estou eu, pessoalmente, o Professor Antônio, Chefe da Unidade de Planejamento, e a Secretária Adjunta Professora Joana. Nós três estamos envolvidos diretamente com a questão. Não só para CEUs, mas para qualquer outro equipamento que vise a atender a criança. O nosso objetivo é a criança. É o nosso público-alvo.

As dificuldades que surgem são de natureza legal; as áreas nunca são da Prefeitura, sempre estão cedidas. Dai quando vai verificar a documentação, há a necessidade de que seja feito um equipamento dentro de um espaço público que esteja legalmente na propriedade de alguém, para que a Prefeitura possa se apropriar, fazendo o processo da desapropriação.

Essas análises gastam, normalmente, entre a nossa análise inicial para verificar a demanda; a análise da Secretaria de Infraestrutura Urbana e a análise por parte da Secretaria de Negócios Jurídicos, um ano e meio, mais ou menos. É um longo tempo, mas precisamos fazer as coisas legalmente.

Para essa reivindicação do centro, e as cinco manifestações foram nesse sentido – quatro da comunidade e uma do Presidente faço questão de acompanhar e mais: eu, pessoalmente, vou nos terrenos. Fiz isso em Parelheiros, Cidade Ademar, onde precisa eu mesmo vou. Levanto de madrugada e vou. Na sexta-feira passada, estive em Parelheiros para identificar uma área. De nosso lado, é só nos procurar no Gabinete. Estamos à disposição.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Depois de o senhor ter conversado com o pessoal do Conselho da Liberdade, a gente já poderia agendar essa data, ainda nesta reunião.

Gostaria de chamar a Sr. Maria do Socorro Alves, uma grande parceira e batalhadora.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Bom dia a todos. Eu, Maria do Socorro Alves, sou de Itaquera, do Conjunto Habitacional Águia de Haia.

Infelizmente, na Saúde, está tudo fora do controle.

A gente fala, fala, e ninguém escuta. Tem vez que não tem como falar porque todo mundo atrasa.

Sou do Conjunto Habitacional Águia de Haia, e sei que houve três emendas, dessa vez acompanhei, pedindo o aumento da creche.

A creche foi feita em 2004, no Governo da Marta. Depois, solicitamos a sua

expansão. Mas, até hoje – eu acompanhei no *Diário Oficial*.

Outra: tem um terreno do CDHU que se tornou uma calamidade pública, pois, agora, é uma cracolândia monstruosa.

Nossas crianças, mais ou menos, 4 mil sem creches e sem educação, porque nada temos lá. Não temos EMEI, não temos EMEF, não temos nada.

Temos, sim, uma cracolândia monstruosa que um céu azul, o céu azul cor do mar foi uma luta da comunidade. É um elefante grande. Não são os nossos alunos, as nossas crianças.

V.Exas. vão estranhar, porque eu sempre defendo o idoso. Agora são meus netos e meus bisnetos. Não são os meus biológicos, são essas crianças, filhos das crianças que eu conheci e acompanhei, porque eu trabalhei na FEBEM por 19 anos. Sou aposentada e continuo fazendo uma política pública.

Conto com V.Exas. Olhem, com carinho, a Águia de Haia e a Cidade A.E. Carvalho. Sou do Conselho do Idoso e também do Conselho Participativo. Sou de Itaquera e acredito que ainda haja alguém de bom coração e de caráter, que pode ajudar o futuro dessas crianças.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia a todos; população paulistana; Srs. Vereadores Ricardo Nunes, Aurélio Nomura e Paulo Fiorilo; representantes da Secretaria Municipal de Educação e população.

Primeiramente é mister lamentar a ausência do Sr. Cesar Callegari, Secretário titular. A exemplo de seus colegas, não vieram em audiências públicas realizadas na Câmara dos Vereadores. É uma audiência, uma vez por ano, e, mesmo assim, o Sr. Secretário não aparece nessa única oportunidade anual, para se discutir o orçamento da Secretaria Municipal de Educação, que já passa, pelo menos, em 2014, de nove bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – S.Exa. está presente, está chegando.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Acabou de chegar. Está entrando agora. Vou esperar o Sr. Secretário sentar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Convido o Sr. Secretário a ocupar a mesa, por favor.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Gostaria que depois o Sr. Secretário justificasse porque não estava aqui no momento.

Vamos um pouco falar do orçamento de 2014, porque é muito injusto começar a falar do futuro se há pendências no presente e no passado. Por exemplo, quanto à dotação, capacitação, formação e aperfeiçoamento de servidores públicos da Educação, até setembro, foram executados apenas 16%, ou seja, de treze milhões de reais, só dois milhões de reais. Por que não há priorização para formação dos professores e servidores da Secretaria Municipal de Educação? Será que isso deixou de ser prioridade?

Quanto à questão da cooperação técnica com a Unesco, nada executado; nove milhões de reais. Gostariam que explicassem por que esse projeto de 2014 ainda não saiu do papel.

Quanto à questão do convênio para atendimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, só foram executados 37% de 75, ou seja, metade. Será que as crianças e os adolescentes com necessidades especiais não são prioridade para se executar o inteiro dessa dotação?

Quanto à questão de ações materiais de apoio didático, pedagógico e educacional, foi executado 1,6% até setembro, de 14.225.000 reais. Será possível? Por que essa não execução das ações materiais de apoio didático e educacional?

Quanto à alfabetização de jovens e adultos, ao MOVA, na dotação da secretaria, foi executado 0,5%, 31 mil reais; e o Tribunal de Contas já traz a triste informação de que a gestão Haddad com o péssimo comportamento das gestões anteriores. Os Srs. Serra e Kassab diminuíram um Mova. O programa de alfabetização de jovens e adultos está sendo diminuído

na cidade de São Paulo. Já está em torno de 350 turmas, sendo que havia quase 500 turmas. Então, por que essa redução da alfabetização de jovens e adultos? E a verba do FNDE(?) também é de zero de execução. E no sentido das construções, também se observa... Há uma coisa importante, também ligada à formação: Revitalização do Cefaes, Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão, zero foi executado em nove meses, de 1,8 milhão de reais. Por que tantas rubricas orçamentárias aprovadas, no ano passado, não estão sendo executados na Educação?

Falando um pouco pela conclusão, nas obras, foi prometida, para 2014, a inauguração de 70 creches. Gostaria de saber quantas, até o presente momento, até o dia 13 de novembro, foram entregues, sendo que da verba de creches foram executadas apenas 12%. Queria denunciar aqui que a verba federal, em torno de (ininteligível) não foi executado nada. Não veio fonte 02 para a construção de creche nesse ano de 2014. É uma situação bastante séria na cidade de São Paulo. Obviamente não vão sair as creches. Se o dinheiro não vem, o dinheiro não sai.

Gostaria de saber também em relação às EMEIs, prometidas para 2014, 41 EMEIs, quantas foram inauguradas, sendo que também, de novo, o Tribunal de Contas está mostrando, como se falou aqui, a lerdeza, a lentidão na execução orçamentária e física da execução.

Eu lamento muito que a gestão Callegari está se repetindo a péssima cadência da gestão Alexandre Schneider. Isso é péssimo. A gente esperava muito mais na Educação da cidade de São Paulo, com CEUs sem nome de teatro. O nome do teatro do CEU não existe. Parece que ainda não assumiram a gestão. Parece que a gestão Haddad está muito mal. Merece uma vaia na questão da educação pública na cidade de São Paulo, em todos os meios.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o Sr. Artur Monteiro, do Conselho Participativo Municipal.

O SR. ARTUR MONTEIRO – Bom dia a todos. Eu tinha dez pontos para falar da Educação, mas vou me atentar apenas a creches da região central. Primeiro, nós já levantamos sobre a região Central. Nós só temos uma creche pública na Subprefeitura da Sé. Todas as demais são conveniadas. O horário das creches não atende às pessoas que deixam seus filhos lá. Nós precisamos ter um horário estendido para todas as creches conveniadas na Subprefeitura da Sé. Nós precisamos também ter uma creche noturna, porque, em vista de outras regiões, a região Central é diferenciada. Há mulheres solteiras, há uma grande demanda de mulheres solteiras, que trabalham à noite. Elas não têm onde deixar as suas crianças. Isso já foi levantado, já foi apresentado pela Secretaria Municipal de Educação e ela entende isso como problema social.

Outra questão: Há um cenário triste. Por conta da especulação imobiliária, muitas dessas creches credenciadas já estão em negociação com as construtoras. Então, a tendência é piorar cada vez mais. Nós temos uma demanda na área social, na parte da Habitação, que está vindo para cá, para a região Central, e a demanda de crianças não será atendida.

Com relação ao CEU, hoje ele é compartilhado entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Cultura. O CEU também é aberto, na Universidade Aberta Noturna. Isso é muito importante para a região Central, principalmente para integrar a região junto com a comunidade.

Se nós não olharmos a região Central agora, o cenário vai ser temerário para o próximo Prefeito. O CEU está com uma visão antiquadamente, totalmente fora da realidade. Eu defendo CEU vertical, como já acontece no Senac, como já acontece em outros locais na região central, pois não temos terrenos de 12 mil m² na região central, e os poucos que têm já estão sendo compartilhados e bem brigados entre as secretarias. Por que não fazer CEU vertical na região central? Se tem de começar, que se comece pelo Centro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o SR. Juscelino Pereira.

O SR. JUSCELINO PEREIRA – Bom dia a todos. Saúdo a Mesa na pessoa do Vereador Aurélio Nomura. Também vou falar do CEU no centro.

Sou ex-aluno da Escola Municipal Duque de Caxias. E gostaria que o Secretário fizesse uma visita à escola, e depois me dissesse se há condições de trabalho naquele espaço. Hoje estou professor naquela escola.

Torna-se imperativo que se construa um CEU na região, para atender a demanda da EMEF Duque de Caxias, que nos atenda na demanda de uma escola de educação infantil que nós não temos na região. E também a creche direta, pois, conforme foi dito pelo nosso colega conselheiro, não tem creche. E pergunto: onde está a biblioteca pública, o ginásio poliesportivo? Eu fui aluno do Duque de Caxias na década de 80, e as coisas lá continuam da mesma forma de 30-35 anos atrás. Não tem quadra poliesportiva para os alunos fazerem educação física. Aquilo é uma verdadeira aberração. Não temos espaço para lazer. Dividimos as ruas com os carros, com os comerciantes, os animais, com tudo. Não há condições humanas. É uma indignidade, Sr. Secretário. Talvez o senhor não conheça a nossa região. Está convidado, mas chegou a hora de conhecer.

Outra questão, Vereador Aurélio Nomura, muito provavelmente ministro do século passado, seus ancestrais habitaram lá a região do Conde de Sarzedas. E digo a todos: vocês têm uma dívida conosco, pois hoje seguramos a peteca, naquelas péssimas condições de vida. Vocês se mudaram de lá, mas nós continuamos lá.

Sr. Secretário, quais as políticas públicas que a municipalidade, na sua área, educação, tem programado para a população migrante e imigrante de São Paulo? Nós, no nosso bairro, recebemos levas e levas de imigrantes. Quero saber qual a política pública para os haitianos, angolanos, jamaicanos e outras tantas pessoas de tantas origens que estudam na escola municipal Duque de Caxias.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Finalizando, gostaria de chamar o Sr.

Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu sou presidente da União Nacional da União Global dos Trabalhadores e Empreendedores Sustentáveis do Brasil, a UGTESB.

Primeiramente, vimos cumprimentar a honrosa presença do Secretário, os Vereadores e as autoridades da Mesa, e demais pessoas reunidas para debater o presente e o futuro das políticas públicas de educação aqui na cidade de São Paulo.

Um dos grandes eixos de sustentabilidade humana da Central é que, para se construir uma nova sociedade de conhecimento para o mundo do trabalho e para o empreendedorismo, é preciso hoje investir em políticas públicas de formação de um novo cidadão; ou seja, na criança, no adolescente, na juventude.

Durante 25 anos de regime militar, houve o sucateamento do sistema de educação do País. O mesmo aconteceu com o esporte. Durante o regime, o Brasil conquistou apenas duas medalhas “choradas” de ouro. De 2000 para cá, houve mais de 50 medalhas. Houve um verdadeiro avanço, uma verdadeira revolução.

Participamos das 32 audiências públicas do Plano de Metas, inclusive das 61 audiências públicas do PDE e dos programas do GT de formação de políticas da campanha da Prefeito Fernando Haddad. Quando Marta Suplicy saiu candidata a prefeitura de São Paulo, apresentei a ela a idealização da construção dos CEUs, os centros de educação unificados, verdadeiros clubes que seriam construídos em 96 distritos da Cidade. Mas já houve avanço na Cidade, pois há quase 30 CEUs construídos. Em todos os debates, defendemos a construção de um CEU no Centro – e a comunidade também defende -, que seria na Baixada do Glicério. Defendi essa ideia inclusive na audiência pública que houve na subprefeitura, na semana passada, e defenderemos perante o Secretário hoje que seja construído esse CEU, pela grande demanda de crianças e adolescentes de baixa renda que existem na região de Liberdade e Glicério. Poderia ser utilizado aquele prédio da Polícia Militar que está desativado há mais de 20 anos. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Agradeço a presença do Secretário Municipal de Educação, professor Cesar Callegari, e passo-lhe a palavra por 15 minutos.

O SR. CESAR CALLEGARI – Sr. Vereador Aurélio Nomura, Vereador Paulo Fiorilo, Vereador Ricardo Nunes e demais presentes que acompanham esta importante audiência pública. Em primeiro lugar, peço desculpas pelo atraso, embora eu houvesse incumbido das anotações e primeiros esclarecimentos a minha equipe, capitaneada pelo Chefe de Gabinete, Professor Ataíde, e pelo Antonio Rodrigues da Silva, dirigente da Assessoria Técnica de Planejamento. Eles estão totalmente capacitados porque acompanham em detalhes nossa atividade executiva na Secretaria da Educação.

Agradeço e parabenizo a todos. Não ouvi todas as perguntas, mas gostaria de, em cinco minutos, dizer, na forma de preâmbulo, o seguinte: como é de conhecimento de todos, a partir deste ano estamos implantando o Mais Educação São Paulo, que é um grande programa de reorganização curricular de ampliação e melhoria da qualidade da educação no Município. Não é uma obra fácil de fazer, porque ela toca, de “a” a “z”, em todas as questões estruturais da área de educação do Município de São Paulo. Isso envolve um grande plano de obras, sobretudo para atender às principais necessidades, como é o caso das creches na cidade de São Paulo, e a construção de CEIs e EMEIs – que têm uma demanda não tão grande quanto as primeiras, mas ainda assim significativa – e de algumas EMEFs para que possamos de uma vez por todas possamos eliminar o famoso “turno da fome” que durante muito tempo vicejou na cidade de São Paulo. Quando assumimos, no ano passado, havia mais de 30 escolas funcionando no terceiro turno diurno e atualmente temos apenas 6 e pretendemos logo dar cabo dessa situação que prejudica, como todos sabemos, a qualidade da educação que é oferecida para as crianças e para os jovens.

Além disso, há uma parte muito complexa e grande, que é a reorganização curricular. É sabido também, a partir deste ano e com base nas discussões que foram realizadas no ano passado de modo amplo, encampando várias sugestões, que a

reorganização curricular começou com tudo a partir de 1º de janeiro deste ano em relação ao ensino fundamental, onde temos três ciclos em funcionamento: o ciclo de alfabetização, o ciclo interdisciplinar e o ciclo autoral. Cada um desses ciclos envolve um conjunto enorme de preparos, entre eles um preparo grande no sentido de formação continuada de todos os agentes educacionais da nossa cidade. Isso envolve professores, gestores educacionais, supervisores de ensino, técnicos, funcionários administrativos das escolas, e esse é um trabalho gigantesco que tem sido realizado, e realizado principalmente mobilizando as forças educacionais que já estão, felizmente, instaladas na nossa cidade. Acreditamos que o melhor formador é aquele que já é professor, já é o próprio diretor de escola, são os técnicos *etc.*

Os trabalhos complementares na área da educação têm sido buscados, mas quando representam de fato um acréscimo. A Secretaria de Educação é avessa à ideia de ficar contratando consultorias frequentemente, como já aconteceu em outros momentos, sem muita necessidade. Estamos procurando valorizar exatamente o pessoal capacitado, que felizmente a Prefeitura possui na área da educação.

Ainda no que diz respeito ao ciclo autoral, nós temos hoje cerca de 61 mil estudantes concluindo seu ensino fundamental através da apresentação de um trabalho colaborativo de autoria. O Vereador Paulo Fiorilo certamente deve ter notado na reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo* de hoje, que traz matéria a respeito de trabalhos de autoria ao encerramento do ensino médio e em alguns casos do ensino fundamental. Lamentavelmente, não sei se por distração do repórter, o maior programa que existe no Brasil relacionado a fomento de trabalho colaborativo de autoria está no Município de São Paulo. Não há nada igual em relação a isso. Isso envolve todo um planejamento e replanejamento das escolas e que nos dá muita alegria, porque milhares e milhares de estudantes nossos têm agora, de fato, não apenas a condição de uma revisão de sua trajetória educacional e de seu trabalho, mas, com isso, aperfeiçoam os mecanismos de trabalho em grupo, de trabalho colaborativo, coisa que o Vereador Nomura sabe muito bem, é um requisito cada vez mais importante no mercado de

trabalho e para o exercício da cidadania. Seria muito importante que uma matéria como essa dissesse pelo menos num pequeno box, em destaque: “Apesar de haver duas ou três escolas privadas que estão fazendo, e outra escola de ensino fundamental, o município de São Paulo sai na frente”, e, claro, tudo isso sendo realizado com o trabalho incessante e realmente exemplar dos nossos professores, que tende a qualificar o ensino fundamental de nossa cidade.

Além dessa parte relacionada especificamente a uma reorganização curricular, há todas as iniciativas relacionadas à melhoria, e essas, quase sempre no caso da educação, dizem respeito aos investimentos e à melhoria da condição de trabalho dos educadores.

Procurando responder as perguntas que eu pude ouvir, eu também gostaria de esclarecer que meu atraso a esta audiência pública – o Celso Jatene também estava na mesa de reunião -, nós estávamos, neste instante, numa grande reunião no próprio gabinete do Prefeito para passar em revisão os dados que podemos agora trazer atualizados. Está havendo uma reunião grande sobre toda a parte de investimentos, equipamentos, cronograma. Por esse motivo, era muito importante que eu estivesse lá, antes de estar aqui, para trazer informações um pouco mais detalhadas e atualizadas.

Em relação às perguntas que ouvi do Sr. Fábio, primeiramente queria dizer que, sobre formação de professores, temos agora um sistema de formação de educadores na nossa rede que se chama CEU-FOR, que promove avanços importantes, inclusive com a constituição, em 32 dos nossos CEUs, de polos da Universidade Aberta do Brasil. São 32 CEUs da cidade de São Paulo onde já temos polos universitários, as melhores universidades públicas do Brasil voltadas exatamente à formação de educadores. Neste instante, nesses 32 polos da UAB, há cerca de seis mil professores e outros profissionais, além de estudantes, frequentando esses cursos totalmente gratuitos com certificação das melhores universidades públicas do Brasil, como é o caso, por exemplo, da Universidade Federal de São Paulo, da Unesp, do sistema Univesp, que congrega várias iniciativas das universidades públicas estaduais em São Paulo,

além de uma plêiade de universidades federais. Então, o nosso CEU, que já era uma instituição bastante completa porque ia da pré-escola, da creche, até o ensino fundamental à educação técnica, tecnológica, agora passa a ser também um CEU com polos universitários em funcionamento. O Prefeito Fernando Haddad já anunciou e a nossa intenção é a de que, ao final do governo, os 45 CEUs que já temos, mais os novos, tenham também esse polo universitário. O CEU de Heliópolis, que será em breve inaugurado com aquela famosa torre da cidadania que havia se projetado, ali também será um polo universitário, abrindo-se possibilidades não apenas para educadores, mas para muitos setores da juventude, que demandam educação superior de graça e com instituições universitárias públicas concorrendo para essa situação.

É um investimento grande na formação, tanto inicial como na continuada de educadores.

A respeito dos convênios, por exemplo, com a Unesco e essas agências de cooperação, dependemos, durante um bom tempo, da autorização da Agência Brasileira de Cooperação. Essa autorização finalmente foi dada, não faz muito tempo, e estamos agora nos preparativos inclusive para assinatura final desse processo de cooperação, sem que isso tenha prejudicado o nosso trabalho. Esse convênio com a Unesco permitirá que possamos fazer alguns enlaces com setores técnicos, tecnológicos e universitários que podem ajudar o nosso trabalho. Felizmente e certamente temos essa meta do convênio com a Unesco já concretizada este ano e pretendemos também avançar para construir, quem sabe para o ano que vem, um convênio, um acordo de cooperação de mesma natureza, com a Organização dos Estados Ibero-Americanos.

Em relação ao material didático, EJA, as questões dos Cefai, quero dizer que o professor Ataíde vai dizer um número mais atualizado, Fábio, porque os números que você passou em relação à execução orçamentária não correspondem aos números que temos. É importante podermos fazer esse encontro de contas, mas estamos aqui apresentando um

número adequado e atualizado.

Rápidos comentários em relação a várias questões que você abordou. No que diz respeito ao material didático, não falta na nossa rede de educação. Garanto que não falta material escolar nem o didático propriamente dito, porque reeditamos, este ano, e continuaremos a reeditar na medida da necessidade dos educadores, os materiais que foram produzidos e elaborados pela rede ainda na Administração anterior. A nossa Administração não é daquelas que, quando chega um novo governo, coloca como se fosse desprezível todos os investimentos que foram feitos no passado. Então, os chamados cadernos de apoio, que foram produzidos pela própria rede ao longo dos anos, continuarão a ser aproveitados, sempre mediante requerimento dos próprios educadores e, claro, sua utilização, cada vez mais incentivada pelo Plano Nacional do Livro Didático, do Ministério da Educação. É um recurso que não importa em custos ou despesas diretamente da Prefeitura de São Paulo, mas que tem abastecido com qualidade tanto as escolas de ensino fundamental como, em alguma medida já, as EMEIs e o EJA. Então, sempre que pudermos recorrer, com qualidade assegurada, a materiais didáticos provenientes do Ministério da Educação, é isso que faremos. Não pretendemos mais deixar que aconteça o que já verificamos no início da nossa gestão: talvez pela distração de alguém da Secretaria, nem sequer os requerimentos de livro didático foram feitos no ano anterior. Tivemos que fazer uma espécie de pronto-socorro, pedindo ao Ministério da Educação que mandasse livros didáticos, um direito dos paulistanos, alunos e professores. Agora isso passou a existir num fluxo mais tranquilo, mais planejado, o que vai permitir que a nossa rede se aproprie com maior dimensão desse patrimônio brasileiro que é o Programa Nacional do Livro Didático.

Em relação ao EJA, muitos movimentos foram feitos este ano e sempre para ampliá-lo. Em praticamente todos os lugares do Brasil tem caído a demanda por educação de jovens e adultos, certamente na esteira das melhorias que vêm sendo implementadas nos programas de formação regular, que, no caso, é do ensino fundamental. Entretanto, sabemos

que, em São Paulo, há uma quantidade muito grande de jovens e adultos que ainda precisam de programas complementares, que é o caso do EJA, que, de fato, temos ampliado, não retraído.

A mesma coisa em relação ao Mova. Temos assinado vários convênios do Mova, embora saibamos que, neste caso, para a cidade de São Paulo, tem, de fato, caído a demanda, já que o número de pessoas analfabetas que demandam, que procuram atividades da educação, tem, de fato, sido declinantes nos últimos tempos. Mesmo assim, temos ampliado o número de convênios. Mais do que ampliado. No caso dos convênios do Mova, passamos a oferecer, pela primeira vez na história da cidade de São Paulo, um material escolar também para os estudantes. Quer dizer, não é só ampliar unidades, mas melhorar as condições de atendimento desses adultos e jovens que não estavam, até este ano, sendo atendidos com material didático ou apoio na área da alimentação. Enfim, todas essas coisas têm evoluído e temos tido uma relação de bastante cooperação com o fórum próprio, tanto o de educação infantil como o de Mova também.

No caso dos Cefai, a revitalização está acontecendo a passos largos. Essa revitalização significa formação de pessoal permanentemente através das unidades centrais da Secretaria, como também das unidades descentralizadas, que são os DOT-P que existem em cada uma das diretorias regionais. Além do mais, no caso especificamente de Cefai, temos tido um trabalho muito importante de tratar uma nova proposta de educação especial, que não pode ser entendida apenas como acréscimo de recursos de suporte, ênfase nos últimos anos, mas contratação de mais estagiários, de mais AVes, coisa que inclusive fizemos e vamos continuar a fazer. Mas o mais importante, no caso da educação especial, é que os profissionais da educação possam ter uma visão mais completa do trabalho integrativo e inclusivo relacionado a essas crianças e jovens com deficiência.

Aproveito para anunciar que passa a funcionar, a partir do ano que vem, um grupo de trabalho chamado Núcleo de Apoio à Aprendizagem em cada uma das diretorias regionais,

uma equipe multidisciplinar formada por psicólogo, por psicopedagogo, por assistente social e por fonoaudiólogo. Esses profissionais inclusive já foram indicados a partir de leis aprovadas neste Parlamento. No caso do psicopedagogo e do psicólogo, eles vão atuar não como psicólogos ou psicopedagogos clínicos, mas de orientação para as equipes escolares. Tudo isso facilitando não apenas os trabalhos de inclusão, como já são feitos no Cefaj, mas o lidar com eficiência e competência com outros problemas da escola, como são os casos de *bullying*, violência e outras questões que afligem a comunidade escolar.

No caso das obras, não tenho como falar, pois meu tempo já está se esgotando e o Ataíde ainda precisa fazer uma complementação. Nosso plano de obras e expansão de vagas está absolutamente em dia. Não há atraso, embora tenhamos convivido com muitos atrasos ou morosidade que não dizem respeito diretamente à Prefeitura. Em alguns casos, compete à Prefeitura mesmo, porque precisamos aprovar o Plano Diretor e regular algumas questões que, de alguma forma, estavam impedindo o aproveitamento de terrenos postos para desapropriação, mas cuja largura da rua inviabilizava a construção não apenas de um equipamento de Educação como eventualmente de um para a Saúde. Isso está sendo trabalhado já a partir das novas diretrizes do Plano Diretor, mas certamente haverá novos decretos e, se necessário, projetos de lei para regular dispositivos que existem na legislação municipal para que eles, de alguma maneira, desobstruam esse processo todo.

Em relação aos recursos do Governo Federal, eles estão garantidos tanto para a construção das 243 creches como também a parte que caberá à construção dos CEUs.

Vou encerrando e sempre ficando à disposição para outras questões em relação aos CEUs, já que há uma demanda muito forte a respeito da construção de uma unidade de CEU nessa região central da Cidade. Por várias vezes recebemos em nosso gabinete setores representativos, como se fizeram aqui apresentar, da comunidade e da sociedade dessa região central para que pudéssemos edificar um CEU nessa região.

Neste momento, faço apenas um esclarecimento inicial, que já o fiz por várias

vezes. A decisão do Governo Fernando Haddad em relação à construção dos CEUs foi de aproveitar áreas públicas. Por que áreas públicas? Porque a desapropriação de áreas grandes, como requer o CEU, primeiro, ela precisa existir em condições que possa de fato atender as necessidades educacionais, culturais e esportivas. Isso não é fácil.

O segundo ponto é o custo. O custo de desapropriação de áreas grandes numa Cidade em que já praticamente não as temos disponíveis e qualquer implantação dessa natureza pode representar um grande impacto em certas áreas. Tudo isso indicou que nesta fase do nosso trabalho nós buscássemos áreas públicas, boa parte delas a partir da própria oferta generosa da Secretaria de Esportes, porque serão implantados prioritariamente em terrenos que eram CDCs e na cidade de São Paulo, na região Central, exploramos as possibilidades de áreas públicas. Uma que procuramos verificar foi a área do quartel, pelo menos me lembro dela com essa denominação, mas ela se mostrou completamente inviável.

Em relação à área central da cidade de São Paulo houve orientação do próprio Prefeito Fernando Haddad da busca de uma área pública que possa ser utilizada. Mas por essa decisão, dentro desses primeiros 10 CEUs que estão em implantação, não foi possível localizar uma área na região central da Cidade.

Temos a convicção de que a construção de um equipamento dessa natureza, um CEU, na região central da cidade de São Paulo é muito importante. Estamos absolutamente de acordo com isso. O problema é técnico como também é de prazo. Porque os prazos que estamos procurando encurtar e que recebemos só de trâmite no processo de desapropriação de uma área representa quase 520 dias, ou representava. Esse prazo está começando a diminuir. Mas 520 dias são quase dois anos. Isso certamente tornaria totalmente inviável o compromisso da construção de um CEU dentro do período governamental de quatro anos.

Essa é a explicação básica, embora queira, mais uma vez, reafirmar, todos nós da Secretaria da Educação e os técnicos do Governo sabem que havendo possibilidade, certamente nós construiremos um CEU aqui na região central. O problema é terreno e se ele

for localizado, de repente, pode aparecer uma situação excepcional ainda não vista que leve à concretização dessa possibilidade.

Apenas queria dizer, Sr. Artur Monteiro, que não é possível a existência de uma creche noturna, mas podemos até ter uma condição de amparo a uma criança cuja família, a mãe ou o pai, trabalha no período noturno. Mas isso jamais será uma creche. Creche é um equipamento educacional e criança não estuda de madrugada. Criança dorme nesse período. Ela precisa descansar, repousar e, por isso, sempre insistimos, quer dizer, não é devido, inclusive pela normas nacionais hoje em vigor, falar de creche no período noturno.

Agora, para a área da Assistência Social pode, como já acontece em muitos casos. Existem situações de casas abrigo que podem, de alguma forma, atender durante o período da noite, velando pelo sono de crianças que ali, naquele momento, precisam descansar e estar alimentadas e tudo o mais. Mas, essa não é uma área especificamente da Educação.

Ficarei sempre à disposição, até para atender as pessoas que perguntaram na própria Secretaria da Educação ou mesmo aqui na Câmara Municipal sobre outras questões.

O Sr. Ataíde tem algumas informações a respeito de níveis de execução orçamentária em relação a alguns itens, não sei se vai dar tempo.

O SR._____ - Dos quatro oradores que fizeram questionamentos anteriores à fala do Sr. Secretário, uma foi a nossa Maria do Socorro. Vou pedir para o Professor Antonio anotar o endereço da Cidade A.E. Carvalho para podermos visitar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR._____ - Vamos lá sim. Depois houve a participação do Sr. Fabio, que falou sobre a execução orçamentária da Prefeitura. Temos aqui o relatório tirado do sistema, do dia 29, depois de nove meses de execução em que há, especificamente no Mova, 86% de execução. Esse relatório é do dia 29 de outubro, apenas não consta o horário.

Os convênios para atendimento a crianças e adolescentes com necessidades especiais, estamos com 78% da execução. Quando falo em execução significa o orçamento

disponível versus a execução. Com relação ao material pedagógico, estamos com 83% de execução.

Quanto à capacitação, o Sr. Secretário já mencionou, mas estamos com 89%. Especificamente no caso do Brasil Carinhoso, nos anos de 2013 e 2012, os recursos foram distribuídos para execução nas diretorias regionais e o último recurso que entrou agora pós o período eleitoral, nesse mês de outubro, já está sendo trabalhado e será distribuído para execução ainda neste ano.

Além disso, há a construção de escolas. O nosso executor é a Secretaria de Infraestrutura Urbana. Foi repassado o recurso da ordem de 97% do valor disponível. Para os CEIs estavam com 66%.

O Sr. Secretário já teve oportunidade de mencionar sobre as parcerias internacionais. Como S.Exa. falou, tivemos realmente um período mais lento na aprovação junto à Agência Brasileira de Cooperação, porque esses projetos passam por lá. Eles foram aprovados agora no meio do ano e estamos fazendo essa vinculação, agora, à nossa Secretaria de Relações Internacionais, que é quem faz essa administração para nós.

Então são números recentes, números que tiramos do sistema. Podemos nos colocar, depois, à sua disposição, lá mesmo na Secretaria, ou em outro lugar, para que possamos conferir isso que temos.

Bem, com o Arthur Monteiro e o Juscelino, o Secretário já teve oportunidade de colocar sobre a questão dos CEUs, que é problemático, pois é um problema de espaço físico. Agora, tendo local, havendo uma sorte de arrumar espaço, com certeza, estamos à disposição para estudarmos lá.

Aliás, sobre os CEUs, a Secretaria responsável pela execução é a de Desenvolvimento Urbano, a SMDU, quem executa e que está do mesmo jeito que nós, também, literalmente – usamos uma expressão, não muito adequada, mas usamos - à caça de espaços na cidade de São Paulo para poder dar conta dessa atividade.

Era isso Secretário.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Secretário. Gostaria de falar da presença do Líder do PT, Vereador Alfredinho, bem como convidá-lo a fazer parte da Mesa.

Quero dizer que o Secretário de Esportes Celso Jatene esteve aqui, mas resolvemos reagendar para ouvi-lo, mesmo porque esse debate da Educação é prioritário. É claro que a Educação também é prioritária, mas acho que essa discussão vai levar mais tempo e consideramos melhor fazer um novo convite a ele em data a ser marcada. Estamos até atropelando o calendário, mas é importante ouvi-lo, até porque existem muitas questões em relação à Secretaria de Esportes.

E, lembrando, Secretário, um pouco antes do senhor chegar, estava aqui o grupo da Liberdade, que já havia se manifestado com relação à construção do CEU, inclusive feito a indicação de três locais, um deles, o senhor até mencionou, mas existem outros dois que estavam à disposição.

Conversamos com o Sr. Ataíde, seu Chefe de Gabinete e ficou de se agendar para conhecermos os locais e vermos as possibilidades.

O que verificamos é a urgência urgentíssima que temos, principalmente, na Liberdade. A Liberdade está ficando um foco de... e há necessidade de intervirmos na reunião e só vamos fazê-lo através da Educação.

Gostaria de passar a palavra ao nobre Vereador Paulo Fiorilo para que possa fazer suas perguntas.

O SR. PAULO FIORILO – Obrigado, Sr. Presidente. Serei breve, Secretário, mas, assim, queria primeiro dizer que, infelizmente, muitas das ações que são realizadas pela Prefeitura nem sempre são noticiadas da forma mais adequada. Acho que o exemplo de hoje não é o único, nem o último, vamos continuar tendo vários outros.

Assim, a Prefeitura de São Paulo fez uma alteração profunda nessa questão da reprovação automática e o impacto, a informação foi pífia, mas, infelizmente, é a forma como

nós ainda vamos dialogar com os meios de comunicação.

Secretário, tenho duas questões, na verdade uma observação e duas questões.

A primeira, a observação, inclusive fruto da fala do Fábio e, se não for eu retiro também não tem problema, mas vou aproveitar, observamos na execução orçamentária várias dotações que, ou elas não foram liquidadas ainda, apesar da referência aqui ser setembro, e, em alguns casos, embora não tenha sido liquidada, ela é mantida.

Vou dar um exemplo: publicação de interesse do Município, três milhões, três milhões, zero; três milhões para o ano que vem. Na realidade, aqui, a dúvida do legislador é, possivelmente deve ter alguns casos que a Prefeitura deixa como referência e nem sempre ela vai utilizar, mas podia, talvez, ser pensada uma forma mais fácil, mais prática, até para que pudéssemos evitar esse tipo de observação: ahhh, tem em tal dotação, executou zero, ou não executou... Assim por diante. Muitas vezes é até o vício de manter a dotação como uma referência. Talvez pudesse ser eliminada, ou ter um valor menor, depois ele pode se ser suplementado, assim por diante. Estou falando essa, mas o Fábio, com certeza olhou várias outras que ele fez referência aqui e que muitas vezes nem precisávamos perder esse tempo para as observações.

Outra observação, apesar da educação ter recursos constitucionais estabelecidos, sempre há um problema de que o cobertor é curto para a demanda que temos na cidade. poderia falar de vagas nos CEIS. Não é só isso. Temos demanda de CEU no Centro, de ampliar a construção de EMEFs e EMEIs, as reformas que estão pendentes e assim, por diante. Se o senhor pudesse falar um pouco daquilo que a Secretaria tem como expectativa para o orçamento de 2014, até para que pudéssemos ter clareza, apesar do número ter uma grandeza, me parece que a demanda é maior.

Por fim, nas minhas duas questões: uma é uma pergunta com relação a merenda escolar. Olhando a proposta orçamentária para 2015, podemos perceber uma redução no valor da merenda de 7%. Se o senhor pudesse, ou o senhor alguém aqui, só para que tivéssemos

clareza de que não haverá problema, ou há um redimensionamento, um pouco do que a Prefeitura do Município de São Paulo está pensando em fazer com relação a essa questão da merenda. E outra questão ainda ligado a isso, como é que a Prefeitura do Município de São Paulo, e está vendo, ou está trabalhando a questão de terceirização nessa área, em outras da educação? Como está sendo pensado para o próximo período.

O SR. CESAR CALLEGARI – A primeira observação, como todos nós sabemos, o orçamento, é um processo dinâmico, antes de mais nada, o orçamento é sempre uma imaginação com base nos elementos que existem, tivemos esse não, uma situação complicada aqui no Estado de São Paulo, que atingiu o Município, que o Estado de São Paulo entrou em recessão econômica. E isso pode ser claramente percebido, com fato de que, pela primeira vez, na história do financiamento da educação tivemos um decréscimo dos recursos do Fundeb. Desde quando o Fundeb era Fundef, sempre houve um aumento, aumento real, inclusive. Pela primeira vez na história, nós tivemos uma surpresa desagradável, porque o Estado de São Paulo entrou em recessão. E é uma situação interessante, não tem par, em outros estados brasileiros o que aconteceu aqui no Estado de São Paulo. E, como sabemos que os recursos da educação, sobretudo do Fundeb, provém do ICMS, uma recessão econômica abalou a situação de recursos educacionais.

É muito frequente, respondendo sua primeira questão, que ao longo da gestão orçamentária, não apenas as secretarias, especificamente, mas com os órgãos de planejamento, de Finanças, possam fazer readequações. Frequentemente, até anulando certas dotações iniciais para reforço de algumas dotações que não estavam devidamente cobertas ou não ficaram devidamente cobertas na estreia da Peça Orçamentária. Esse tipo de readequação, ela é normal, sempre, a boa gestão, em termos de previsões, orçamentárias, financeiras e arrecadação como também de gastos, tende a diminuir esse caso. O Significativo esse ano, é que tivemos de fato uma diminuição importante em relação ao Fundeb que paga basicamente as contas salários, hoje o Fundeb paga custeio, mais de 100%

do Fundeb, hoje, é destinado ao pagamento de pessoal e encargos diretos.

Tivemos, como todos acompanharam aqui, durante esse ano e o ano passado, em termos de escolha, manter os compromissos assumidos pelo Prefeito Fernando Haddad, ainda na época da própria campanha eleitoral de garantir aumentos muito significativos de remuneração do pessoal da Educação. Foram quase 25% cumulativos entre o ano passado para cá, de reajustes que atingiram, inclusive os aposentados.

Num processo de escolha – e como sabemos que a remuneração e valorização dos educadores têm impacto muito positivo em termos de melhoria da qualidade da Educação, essa remuneração foi garantida, bem como os compromissos que foram ali estabelecidos.

Então tivemos que fazer vários remanejamentos relacionados à questão do Orçamento por conta de queda de arrecadação e aumento, ao mesmo tempo, de demandas.

Em relação às prioridades para o ano, Vereador Paulo Fiorilo, são muitas, mas gostaria de tratar de duas, centrais. Uma diz respeito à questão qualitativa, outra à questão quantitativa.

A quantitativa, claro, que é a expansão de vagas em creches na cidade de São Paulo. Temos uma demanda que herdamos e é perto de cem mil crianças na fila para atendimento em creche.

Do ano passado para cá, tivemos uma proeza – na realidade, não é proeza, foi o trabalho de muita gente – de abrir 25 mil novas vagas em creche. Do ano passado para cá, foram 25 mil novas vagas, quer dizer, não sei, não tenho acompanhado e não me lembro de outros momentos da história de São Paulo, mas tenho a impressão de que se não é o maior avanço em termos quantitativos de vagas em creches, pelo menos, é um dos maiores.

E, nas condições que vivemos atualmente, que são condições exíguas do ponto de vista de recursos e tudo o mais, essa ampliação se deu, em boa medida, a partir da ampliação também do trabalho e da rede conveniada.

Quero aqui, mais uma vez, afirmar: ainda bem que a cidade de São Paulo possui

uma rede de instituições educacionais não governamentais que permite a ampliação, com qualidade, da oferta de vagas nessa modalidade, que é a creche. E vamos continuar a avançar nessa direção, sempre procurando garantir a qualidade do atendimento, mesmo quando esse atendimento aconteça na rede conveniada.

O ano passado e esse ano – esses dois anos –, como indicativo de política governamental, conseguimos fazer os reajustes dos *per capita* de creche, inclusive, a maior do que o custo de vida, a maior do que a inflação. Não foi excepcionalmente muito, mas nas condições de escassez de recursos, isso dá um indicador, claro, do esforço governamental de valorizar também essas instituições parceiras que são conosco coresponsáveis por essa oferta importante.

O cobertor, de fato, é curto, Vereador Paulo Fiorilo, mas a grande prioridade, além das questões relacionadas a investimentos, e há muitos - estou vendo até a professora Joane que estava conosco na reunião com o Prefeito e tem todos os dados mais detalhados a respeito de obras, que pé está cada obra, cada terreno, terreno desapropriado, pois temos, hoje, um monitoramento, tipo pente fino a respeito de tudo que está acontecendo e do que vai acontecer -, é importante que percebamos que, além dos investimentos, temos um grande trabalho em São Paulo que é concretizar o programa da reforma educacional.

Não se trata de um programa trivial, é um programa muito corajoso. Estamos colocando fim, de uma vez por todas, a essa cultura nefasta que assolou, em muitos momentos, muitas redes de ensino no Brasil, que é a questão da aprovação automática.

Esse ano é um ano em que muitas coisas estão mudando na Escola de Ensino Fundamental, Vereador Ricardo Nunes. Os meninos estão tendo que estudar, a hora da verdade vai chegar, porque, durante muito tempo, esse pessoal foi sendo promovido e passado de ano, acumulando *déficits* educacionais. Mas esse ano a hora da verdade chegou.

Apesar de todo esforço que temos feito, inclusive de apoio pedagógico complementar, recuperação paralela, a sociedade de São Paulo terá de verificar qual é o

tamanho do estrago que equívocos relacionados à política educacional causaram.

As famílias estão entendendo isso. Hoje, quase 95% dos boletins são disponibilizados pela internet para mãe e para o pai. Uma parte já começou a se aculturar nessa forma de acesso, mas os boletins, inclusive, em papel, continuam a ser colocados.

Há avaliações bimestrais, lição de casa e, sobretudo, os trabalhos colaborativos de autoria, e uma forma de pensar o Ensino Fundamental.

Então é enorme o avanço. Esse talvez seja o maior de todos os desafios. O programa tem a ver diretamente com o Orçamento? Claro que tem. Mas eu pediria, sempre, até na Comissão de Educação, aqui, na Câmara, que possamos detalhar, com um pouco mais de clareza, todos os passos que estamos dando e que pretendemos dar nessa direção.

E no caso, finalmente, da alimentação escolar, é um dos pontos que na área de Educação, um dos subsistemas, temos muito orgulho.

Nesse ano de 2014, estreamos o ano também com essa espada sobre a cabeça da alimentação escolar. Se pensássemos e ficássemos a distritos, para aquilo que para o Orçamento 2014 foi, inicialmente, conferido, não teríamos recursos, não apenas para manter com qualidade, mas também ampliar, afinal estamos ampliando o programa de merendas, já que novos e novos alunos começam a chegar na nossa rede pela expansão das vagas, sobretudo, na educação infantil.

Temos mantido esse programa totalmente em dia. Ele está e estará em ampliação.

É claro que várias medidas foram tomadas no sentido de reduzir, quer dizer, fazer com que os custos da aquisição da alimentação escolar sejam rigorosamente controlados.

Temos tido alguns sucessos relacionados à melhoria da obtenção de preços dentro do programa de licitações que, agora, é obrigatoriamente através de pregão eletrônico nacional. Isso tem melhorado a eficiência das compras, das aquisições e da qualidade.

Quero, portanto, lhe tranquilizar que também, como aconteceu o ano passado – e também como aconteceu no ano retrasado e o anterior ainda – tem sido uma certa história da

Educação na Cidade que o orçamento inicial, inclusive na área de alimentação, seja um pouco menor daquilo que será executado naquele ano e, muito provavelmente, é o que vai acontecer também no ano que vem.

O Prefeito Fernando Haddad, como depoimento final em relação às perguntas do Vereador Paulo Fiorilo, até por ter sido Ministro da Educação, tem dado um apoio pessoal no sentido de que todas as necessidades vitais de funcionamento do sistema educacional e a concretização do nosso programa Mais Educação em São Paulo, até para que não seja ameaçado por falta de recursos ou atraso de recursos. Então está muito sob controle.

A merenda escolar, só para dar um exemplo qualitativo, temos melhorado substancialmente a qualidade da mesma, diminuindo o teor de açúcar com planejamento, passando a comprar de uma maneira pioneira os produtos da agricultura familiar, inclusive, produtos da agricultura orgânica produzida no meio rural pelas famílias.

Quer dizer, a cidade de São Paulo tem sido, atualmente, um verdadeiro exemplo para o Brasil em matéria de melhoria, não apenas da quantidade, mas, sobretudo, da qualidade daquele alimento que é oferecido, sempre fazendo, da alimentação escolar, um programa de educação alimentar, tanto para crianças e jovens, quanto para suas famílias.

O SR. RICARDO NUNES – Posso complementar sua pergunta?

O SR. PAULO FIORILO – Vou permitir, até porque vou precisar me retirar, meu Líder está me aguardando.

Apenas um registro, Secretário. No programa de reformas, vou deixar registrado, nessa audiência, a possibilidade de incluir uma escola lá no Sapopemba que me é muito cara: a Escola Padre Batista.

Então aproveito essa oportunidade para fazer meu lobby, até porque é uma escola importante numa área de vulnerabilidade muito alta e ela ainda foi concebida e construída no Governo Luiza Erundina, com placas.

Se pudermos – sei do cobertor, por isso perguntei – dar essa atenção, quero deixar

registrado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Só dentro da pergunta do Vereador Paulo Fiorilo, para não perder o raciocínio, Secretário.

O Vereador Paulo Fiorilo fala, com relação à merenda, e ele cita essa questão do Orçamento de 514 milhões ter reduzido agora para 700, 79 milhões, no item alimentação escolar, mas aumenta 111 milhões o Programa Nacional de Alimentação Escolar do PNAI, que não existia em 2014 e foi aberto agora, com fonte 02. Na verdade, teremos um grande aumento do valor do Orçamento para alimentação escolar, estou certo, Sr. Secretário?

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. MÁRCIA – No caso da alimentação escolar no ano de 2014 que teve toda a alteração na estrutura do Orçamento o recurso do PNAI ficou junto na dotação de programa de alimentação escolar. É financiado pelo salário educação, que é fonte 02, mais o recurso do Tesouro e recurso do PNAI. Para 2015 a Secretaria pediu que desmembrasse para efeito de prestação de contas. Então, na verdade, em 2014, ele está contido na dotação de programa de alimentação escolar e a partir de 2015 ele vai estar desmembrado e na verdade é o conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eu não sei se eu peguei esse papel equivocadamente, mas o PNAI só tem valores em 2003 e 2014...

O SR. _____ - Criaram uma rubrica desnecessária que está na página seguinte. Já tinha...

A SRA. MÁRCIA – Em 2014 o Programa Nacional- PNAI estava dentro da atividade 6553. A partir de 2015 foi criada uma específica para o PNAI, então, ela saiu do Orçamento, mas somando o conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O Programa Leve Leite houve uma redução, até setembro de 2014 atualizado da 514 milhões e proposta 2015 está 479, ou seja, menos 7%.

O SR. CESAR CALLEGARI - É o mesmo fenômeno. No ano passado tivemos na saída para 2014 no Leve Leite uma dotação inicial menor do que já tínhamos executado no ano passado. Em algum momento a gente vai precisar corrigir porque sempre é necessário uma suplementação. Quero lhe garantir que não há nenhuma redução do Programa, pelo contrário, na medida em que haja expansão da rede teremos sempre a garantia de que esse programa continue. Chegamos a pensar, inclusive, a respeito do custo muito alto que temos com correio que está incluído no programa Leve Leite, mas todas as pesquisas que fizemos, inclusive, com a nossa própria rede, indica que a forma de utilização do correio ainda é a mais segura, embora, muito onerosa, são quase 50 milhões, mas de qualquer maneira chega com maior regularidade e não sobrecarrega a escola como houve em períodos anteriores de a escola fazer a armazenagem e distribuição.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Sr. Secretário, eu estava vendo aqui que dentro das rubricas temos no código 07, do Leve Leite, 63 milhões. Esse 07 diz respeito ao dinheiro sob *judice* do IPTU, então, ele pode sair, na realidade se a gente for ver houve uma redução, porque 07 ainda dependemos dessa ação que está correndo nos tribunais e depende com relação a questão do reajuste do IPTU. Não saindo, não sendo julgado, que acho muito difícil, de onde virão os recursos? Porque os valores são muito grandes: 63 milhões.

R – A fonte, nesse caso, sempre será Fonte Tesouro, é desse recurso que virá...

P – Mas não é 00, é 07, 63 milhões. Quer dizer, ele vai depender, ainda, está *sub judice*. Então, é um dinheiro que, na realidade, não existe perspectiva. Quer dizer, vai depender do julgamento da ação, do reajuste do IPTU para a disponibilização desses 63 milhões. Não sei se estou certo.

A SRA. (NÃO IDENTIFICADA) – É o seguinte: 63 milhões estão como receita condicionada. No caso do leve leite tivemos uma garantia do Planejamento que independente de estar como Receita Condicionada, eles colocarão Recurso do Tesouro. Vai garantir o funcionamento do Leve Leite.

No decorrer da execução, no ano que vem, como estamos sofrendo reajustes no Orçamento, isso será recomposto.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, precisamos corrigir isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vamos corrigir aqui.

O SR. RICARDO NUNES – Callegari, não tem lógica. Se o dinheiro, com certeza, vai ser gasto, onde estamos colocando o 07? Naquilo que, possivelmente..., algum investimento. Se o programa não vai diminuir, vamos ter que corrigir isso aqui, porque não tem a mínima lógica deixar um valor para remanejar se você tem certeza que ele vai gastar. É melhor deixar o 07 em algo que seja uma probabilidade. Agora, se isso aqui é uma certeza que vai ser gasto...

O SR. CESAR CALLEGARI – Vereador Ricardo Nunes, isso é algo que precisaria ser visto no conjunto, porque quando se trata de uma suplementação dessa natureza, sendo necessário – e necessário é... Agora, é um sistema de vasos comunicantes que quem administra, no final das contas, todo esse processo é a própria Secretaria do Planejamento.

Então, é importante que não discussão final do Orçamento, na eventualidade de complementação, por não haver recurso, qual será a área do Orçamento que terá que ser, eventualmente fora da Secretaria, sacrificada para atender ao programa alimentar de leite.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Secretário, na realidade, a Secretaria de Educação tinha um orçamento de 9,02 bilhões – atualizado, dá 9,6 bilhões. Para este ano, há uma previsão de 9,8 bilhões. Se formos analisar o orçamento da Educação, verificaremos que ele é menor que a inflação, porque houve um aumento de apenas 2%, enquanto a inflação está em 6,5. A previsão de arrecadação do Município está em torno de 8,5%. Então, pergunto: está havendo a redução nos recursos da Educação?

O SR. CESAR CALLEGARI – Não, não há redução. Tenho impressão que precisaríamos dar uma examinada em relação à trajetória histórica do orçamento da Secretaria. Isso porque, até onde pude enxergar, inclusive antes de nossa presença no Governo, isso era uma situação recorrente: a cada ano o orçamento carecia de suplementações. Talvez até pela dinâmica das principais fontes de financiamento da Educação, que é o próprio Fundeb, que veio experimentando, a cada ano, com exceção deste ano, aumentos reais. Então, havia também uma forma de recomposição.

Agora, como estava dizendo, nenhum dos itens do plano de meta foram revistos. Quer dizer, todas as metas, que estão inclusive presentes aqui no documento da Prefeitura sobre Metas Educacionais, estão valendo, estão vigentes. Evidentemente, que poderemos ter algum descompasso em relação ao período em que, de fato, acontecerá aquela execução, mas

não temos, como orientação do próprio Prefeito e das áreas de financiamento, de Finanças e Orçamento, nenhum tipo de indicação de redução ou de revisão de nada.

Então, teremos, neste ano, já comprometido um reajuste dos professores de 5,54% e todos sabemos que o custo da folha de pagamento chega a quase 60, 70% dos custos gerais da Educação. Então, tenho convicção, embora possamos, depois, dar detalhes desses números, mas a ocorrência de que normalmente o orçamento da Educação é suplementado, como aconteceu em 2013 para 2014, certamente acontecerá em 2014 e 2015, e a manutenção de todos os programas, inclusive a sua ampliação.

P – Estamos acompanhando pelos jornais que haverá a necessidade de um ajuste fiscal em 2015, pelo Governo Federal. Então, pegamos o jornal *Valor Econômico*: “Ajuste fiscal, em 2015, será violentíssimo”. Novamente: “Governo Federal tem um déficit primário de 20,399 bilhões em setembro” e verificamos as dificuldades que o Governo Federal enfrentará – e já está enfrentando neste ano.

A pergunta é a seguinte: dos 386 milhões, inclusive, orçados para este ano, na Fonte 02, ou seja, oriundos dos recursos federais, até setembro foram atualizados, chega a 158,5 milhões. Porém, nada, absolutamente nada, chegou. Não chegou nenhum recurso do Governo Federal. Entretanto, a proposta orçamentária para 2015 é de 428 milhões. O senhor poderia explicar essa questão e, no caso, por exemplo, não vindo recursos do Governo Federal, qual seria o plano B da Secretaria?

R – Vereador Nomura, parte significativa das transferências federais, é estabelecida por lei e tem como base a própria arrecadação.

P – Até lembrando: os recursos oriundos dos Governos Federal e Estadual sofreram reduções nesses dois últimos meses, se não me engano. Falo a respeito dos recursos esperados – não sei se é PAC ou alguma coisa, para a complementação dos recursos aqui da Secretaria. Agora, o que nos deixa preocupados é que dentro do Orçamento para o próximo ano, temos, na Fonte 02, estimados 428 milhões. Então, essa é a minha preocupação e a minha pergunta.

R – Vamos precisar sempre, como acontece todas as vezes, de acompanhar o nível da atividade econômica de onde se vincula boa parte dos recursos da Educação. A cota municipal do Salário Educação vem diretamente do nível da atividade econômica. Imposto de renda, que está ligado também ao carimbo do percentual para a Educação, tanto daquilo que é obrigado o Governo Federal a fazer e Estados e Municípios também. Então, tudo isso tem a ver

com o nível da atividade econômica.

Queremos crer que, por tudo que é projetado, que o Brasil continuará tendo uma atividade econômica, mesmo que seja com um crescimento menor que o desejado, mas crescimento real. Então, todos os números, inclusive dos mais conservadores e pessimistas, mostram que o Brasil pode não crescer muito, mas vai crescer, ao passo que a economia de muitos outros países continua em franca recessão. Por exemplo, Espanha: se pensássemos em financiar a Educação com vinculação de recursos no orçamento espanhol, teríamos que começar a pensar em fechar escola, quando aqui estamos pretendendo abrir escolas, não só aqui no Município de São Paulo, mas os governos estaduais e Governo Federal também. Então, a perspectiva não é de diminuir.

Segundo, acabamos de ter sancionado pela Presidência da República o Novo Plano Nacional de Educação e, pela primeira vez na história de nosso País, o Plano Nacional de Educação tem não apenas uma meta arrojada de vinculação do PIB à educação - quer dizer, nos próximos 10 anos, isso chegará a 10% do PIB -, mas já com a aplicação já, a vinculação dos recursos do petróleo. Esses recursos do petróleo, enquanto não houver nenhum tipo de nova lei regulamentadora que disponha sobre a distribuição entre os entes federativos, esses recursos estão sendo destinados ao Ministério da Educação, e não são poucos os recursos, por exemplo, do pré-sal, que já começou a extrair uma quantidade enorme de barris.

Então, nossa visão - em que pese isso sempre tenha que ser acompanhado em detalhes - é que, ao Ministério da Educação, pelo menos nesse próximo momento - quero dizer que "nesse próximo momento" é o ano que vem -, não haverá comprometimento de recursos, por exemplo, em relação ao que está hoje aqui pela epígrafe PAC, não é? Porque, embora seja PAC como macroprograma governamental, ele é vinculado, em termos de recursos, aos recursos do Ministério da Educação.

Então, o que vem de salário-educação, as transferências de merenda escolar - aqui em São Paulo não temos transferência da União para o Fundeb -, mas os outros programas todos não há nenhum sinal, pelo contrário: tudo aquilo que percebemos na elaboração do Orçamento nacional, Orçamento da União, nenhum comprometimento ou revisão de assuntos

ou despesas relacionados à área da Educação.

O SR. - Secretário, posso complementar?

R - Claro.

O SR. - Secretário, na Fonte 03: 2014, 58 milhões; e, agora, caiu para 18. A Fonte 03 é do Estado. O Estado não está ajudando a Prefeitura?

R - A participação do Governo Estadual, no que diz respeito à área educacional, é o programa de construção de creches e EMELs. Isso já vinha... Estive até, na quinta-feira passada, me reunindo com o Secretário Herman, que é o Secretário Estadual da Educação, com quem, aliás, temos um excelente relacionamento...

O SR. - Mesmo baixando de 58 para 18?

P - Se tivesse brigado, então...

R - o que eu queria apenas destacar é o seguinte: estamos agora numa fase em que, todos juntos - Governo Estadual e governos municipais, inclusive a Prefeitura de São Paulo, o Governo do Município de São Paulo -, precisamos ter um trabalho comum e articulado em relação à elaboração ao Plano Estadual de Educação e dos Planos Municipais de Educação. É um assunto, inclusive, que está em tramitação nesta Casa, não é?

Não podemos pensar o Plano Municipal de Educação para a cidade de São Paulo com se fosse um plano exclusivamente para a Secretaria Municipal de Educação. Quer dizer, direitos e deveres, aliás, compromissos, é um compromisso de todos, compromisso que envolve, claro, prioritariamente a Prefeitura de São Paulo, mas também o Governo do Estado de São Paulo, o Governo Federal - que tem obrigações e responsabilidades a assumir no território educacional de São Paulo - e inclusive também a própria iniciativa privada. Quer dizer, é isso que precisamos ver.

Eu até estava questionando o Secretário Herman sobre qual era o plano dele, o plano do Governo de São Paulo em relação a dar continuidade ao programa que tinha sido inaugurado já pelo Governador Geraldo Alckmin, de apoio aos municípios para construção de

unidades de educação infantil. Ele disse exatamente isso, que eles estão revendo, à luz daquilo que será o Plano Estadual de Educação, e a proposta do Plano Estadual de Educação deverá ficar pronta, a ser enviada à Assembleia Legislativa, por volta do mês de março. Então, de lá, quer dizer, desse momento de março, que é o ponto final, até o momento que estamos vivendo, tem de fazer um trabalho muito grande.

Esperamos que o Governo do Estado possa avançar mais, porque também percebemos aí, na campanha eleitoral, que o Governador Geraldo Alckmin se comprometeu a ampliar o programa de apoio às Prefeituras municipais no tocante à construção de unidades, creches principalmente, que é o grande problema de parceria que temos lado a lado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Secretário, vou fazer a última pergunta e passar ao Relator.

A preocupação que temos – volto a falar – é que existia a previsão orçamentária de recursos federais para este ano de 386 milhões, muito mais do que a estadual, só para citar a ordem de grandeza, e não recebemos absolutamente nada até a presente data.

O que nos deixa preocupados é que, na peça orçamentária de 2015, a fonte 00 ou fonte da Prefeitura, tem prevista apenas 41,8 milhões; em 2015, existe a previsão de construção de CEUs, Centros de Educação Infantil, ou seja, creches; no orçamento do ano que vem está previsto 232 milhões, mas imbuídos na fonte federal e, também, na 07, que é a verba condicionada ao IPTU.

Amanhã ou depois, vamos ouvir o Secretário de Transportes, onde o subsídio de ônibus vai chegar a 2 bilhões de reais. Pergunto ao senhor: isso não é um disparate?

R – Apenas uma atualização, Vereador Aurélio Nomura: nós recebemos, neste ano, de transferência do Governo Federal 43 milhões 273 mil 840 reais provenientes do Brasil Carinhoso. Essa é uma complementação importante dos esforços que temos feito na cidade de São Paulo para atender, com prioridade, as crianças que vivem em situação de alta vulnerabilidade.

Essa foi uma decisão importante do Prefeito Fernando Haddad de dar, de fato, prioridade àquelas crianças que pertencem a famílias cuja renda per capita é de até 70 salários-mínimos. Para essas não há espera. As famílias, em geral, compreendem que essas crianças estão em situação de tal vulnerabilidade que é preferível que sejam atendidas diretamente com esse nível de atenção maior.

Proveniente desse tipo de ação, recebemos 43 milhões de reais, que é complementado pela área de Assistência Social do Governo Federal; do Pró-Infância, recebemos 124 mil e, ainda, 1 milhão e 25 mil reais do Pró-Jovem Urbano. Então, às vezes, a contabilidade de informações tem uma certa defasagem no tempo. Estamos à disposição para atualizar com todas as informações que temos.

De qualquer forma, ao longo das audiências públicas, essas questões relacionadas àquilo que está no orçamento de cada Pasta, os esforços do Governo Municipal e do Governo Federal restarão claramente definidos, como qual a margem que o Governo Federal deverá ter para fazer esses remanejamentos durante 2015, o que se espera do Governo Federal, e tenho a impressão que o nível de parceria com o Governo Federal, o entendimento, o relacionamento, permite que o Governo Federal, agora, com a reeleição da Presidenta Dilma, veja o quão estratégica é a cidade de São Paulo, e nesse processo de divisão de recursos e esforços não tenhamos nenhum tipo de dificuldade.

Em relação ao IPTU, não sou a pessoa mais indicada para tratar desse assunto, de fato, temos vivido desde este ano de 2014 um conjunto de pressões inesperadas em razão do congelamento relativo do IPTU e ao aumento, cada vez maior, do subsídio ao transporte coletivo e à mobilidade urbana.

Nós todos temos que saber que a caixa é uma só. Se o sapato cresce, queremos crescer com qualidade, vamos ter que fazer o esforço necessário, sempre com o acompanhamento necessário também e orientativo da Câmara dos Vereadores.

P – Obrigado. Só lembrando que o Secretário do Planejamento veio aqui falando

que a Prefeitura teria 4 bilhões para investimentos neste ano, só que dois bilhões são somente para pagamento de subsídio desses barões das empresas de ônibus, que agridem a nossa cidade. Se ainda tivesse um transporte adequado... Infelizmente não temos.

Vou passar a palavra ao Vereador Ricardo Nunes, relator do Orçamento 2015.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Vereador Aurélio Nomura.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Por gentileza, deixamos todos falarem, a senhora também teve a possibilidade de usar o microfone, oferecemos a todos a possibilidade de manifestação, então peço agora que passe o microfone, a palavra, para o Vereador Ricardo Nunes, sem interrupção.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Vereador.

Secretário Callegari, quero começar agradecendo ao senhor por ter me recebido para falar da questão da creche da Sobei. Sou sócio no estatuto. Vou mandar cópia do estatuto para o senhor. Sou sócio, faço parte da direção há 15 anos, sou contribuinte lá, (ininteligível) trabalhos sociais, então foi importante o senhor ter me recebido, mesmo que rapidamente, por cinco minutos, porque tem toda uma questão política do processo. Tem uma turma desta Casa que às vezes é difícil segurar.

Com relação à peça orçamentária, Secretário, a Prodam tem uma previsão de custo, só de manutenção do sistema, de 15 milhões. Talvez essa informação o senhor não tenha aqui, agora, mas eu sugeriria, Secretário, por causa de todas as audiências que a gente tem acompanhado, das outras secretarias... Porque é um valor, só para manutenção, bem alto. Tanto é que a CET desistiu de Prodam, SPTrans desistiu. Então só uma sugestão, que você tem bons profissionais na Secretaria, de avaliar se realmente 15 milhões só de manutenção do sistema compensam, se não era hora de a Secretaria pensar outra forma de trabalhar a informatização. Até porque tem lá: aquisição de materiais, equipamentos, serviços de informática, comunicação, 56 milhões. Então, se o senhor tiver a informação para a gente

entender o que são os 56 milhões...

Porque o sistema funerário, Secretário, no final da gestão passada, adquiriu um *software* caríssimo que até hoje não funciona. Tem um grande problema que lá no Serviço Funerário, por exemplo, o que deveria seguir um critério de ordem dos falecimentos, até hoje não funciona. Então é possível, por causa dessa falta de informatização, passar na frente, e acontecem todos aqueles dissabores de a pessoa ficar horas e horas esperando o Serviço Funerário.

Também na questão das subprefeituras, foram gastos, na gestão passada, 20 milhões para um sistema que era para fazer o programa de licenciamento dos estabelecimentos; até hoje não funciona esse sistema. Até por causa disso a gente vê muitos problemas, infelizmente a imprensa tem relatado algumas coisas ultimamente, por falta de gestão.

Quando eu vejo a sua secretária, que é uma secretaria que não pode ter erro, porque é o futuro do nosso país, 56 milhões para aquisição de material e de equipamentos, eu só queria lhe dar um alerta, Secretário. São duas experiências que falei no microfone, para que fique registrado taquigraficamente, duas experiências que a cidade de São Paulo teve com Prodam que geraram para o Serviço Funerário e para as subprefeituras um problema gravíssimo, irreversível, e perdeu dinheiro. Então é só para o senhor ficar um pouquinho atento, porque às vezes não é o melhor caminho, e ver como é que o senhor vai gastar 56 milhões com a Prodam nesses equipamentos, que o senhor pode ter uma dor de cabeça. Sei da seriedade com que o senhor conduz o trabalho, se o quanto o senhor tem de carinho pela educação da cidade de São Paulo. Então é essa relação da Prodam, se a gente puder rever, ainda mais que é fonte de recurso zero-zero, que é um dinheiro difícil, escasso, que é do cofre do Tesouro Municipal.

Outra questão, Secretário: a gente tem visto aqui: operação e manutenção dos Centros Educacionais Unificados, que foi de 187 para 364 milhões. São os CEUs, é importante.

E na lista, na relação dos CEUs, apesar de eu já ter falado para o senhor que a zona Sul é a que tem o maior déficit de vaga, Guaianases é que mais tem oferta de vaga de creche, a região menos servida de equipamentos é a zona Sul. E o que está previsto para 2015 é o CEU Jadir Gomes, o CEU São Pedro, que é em Guaianases, o CEU Parque do Carmo, Mooca, Tatuapé, São Miguel, Artur Alvim, Vila Alpina.

A gente tem falado muito com relação a necessidade de... visitei a sua Secretaria, fui bem atendido pelo Ataíde, pelo Antônio... com relação à necessidade do CEU da Cidade Ademar e do Parque Santo Antônio, porque a gente só tem na região de Cidade Ademar e Pedreira, só na Pedreira, no finalzinho, não tem nada em Cidade Ademar. E está previsto, não está aqui em 2015, até achei estranho, mas está previsto um CEU em Santo Amaro. Estive lá conversando com as pessoas, não tem demanda em Santo Amaro, Secretário. Às vezes eu fico um pouco triste, porque a gente fala, fala, fala e entra por um ouvido, sai pelo outro; e a gente vive lá.

Então só para dizer para o senhor da importância com relação a essa questão da demanda, de gastar o dinheiro público onde tem demanda. Do lado de onde está previsto o CEU Santo Amaro tem a EMEF Lineu Prestes com sete salas vazias, um diretor fantástico, uma escola fantástica. Só para demonstrar que não tem a demanda.

Secretário, pelo amor de Deus, não tem lógica a gente não colocar... Aí tem a história do terreno, não-sei-o-quê. São coisas que não se fundamentam. Aproveitar o (ininteligível) vai colocar o CEU onde não tem demanda, a exemplo, eu falo para o senhor aqui: Lineu Prestes tem sete salas vazias. Não tem demanda. As crianças que estudam lá são do Grajaú, de Parelheiros. Não tem demanda. Aí eu fui lá, falei com o Ataíde, falei com o Antônio. A gente tem demanda e precisaria Cidade Ademar, Parque Santo Antônio. Então era uma colocação que eu queria deixar registrada aqui com relação aos CEUs.

A gente já falou aqui com relação a alfabetização de jovens e adultos, Secretário; a gente está diminuindo o orçamento de 12 milhões para 8 milhões, e tem aquela situação do

valor de 1.056,00 por sala, 1.206,00 alguma coisa assim. O que a gente tem percebido, na função nossa de vereador no termo da palavra, de ver a dor, de estar no dia a dia, de ser o olho de vocês. Acho que esse valor talvez tenha um problema, porque as pessoas não conseguem pagar o professor, pagar água, pagar luz com 1.056,00 no ano retrasado, acho que o senhor corrigiu para mil duzentos e alguma coisinha, mas talvez fosse necessário ter uma atenção especial para essa questão de alfabetização de jovens e adultos, que posso garantir para o senhor que na periferia é muito necessário e talvez não tenha uma demanda maior, ou um clamor maior, por causa do valor, que as entidades não estão conseguindo desenvolver.

Com relação a operação e manutenção das CEIs e creches da rede conveniada, queria dizer que achei superimportante ter um aumento de 39%, de 896 milhões para 1.246 bilhões. Fantástico isso aqui. Acho que é uma situação importante na fonte 00. Tinha lá um valor da fonte 07 de 2014 e que tirou, então é aumento real. Vamos falar das coisas positivas, um aumento real dos recursos para as CEIs.

Há uma coisa que eu queria entender, Educação Especial Aprender Sem Limite, de 40 milhões está indo para 46 milhões. O que seria esse projeto? Se o senhor puder explicar. Estamos falando do Orçamento, mas acompanho bastante a parte da Educação, não sabia desse projeto.

A questão do Leve Leite, na oportunidade, nós já comentamos. Acho importante frisar que talvez, se o senhor não tem a intenção de reduzir, realmente vamos ter de alterar da fonte 07 para fonte 00.

Da alimentação escolar, eu já aproveitei e falei em relação ao 111 milhões, é só abrir uma rubrica por conta da prestação de contas.

Tenho muitas perguntas, mas não vou me estender.

Uma coisa queria ver com o senhor, Secretário, é que a Justiça já aprovou acordo com banco do exterior para serem recuperados 20 milhões de dólares por conta do ex-prefeito Paulo Maluf. Está previsto o recebimento desse recurso? Parece-me que o Ministério Público

acertou que os valores vão para a Educação, são 20 milhões de dólares. O senhor tem alguma informação? Procurei no Orçamento e não achei, pode ser que esteja previsto. Mas como o acordo está assinado, decerto é recurso que vai entrar para a Educação. Se não estiver, acho que é preciso colocar, é importante e bem-vindo.

Por enquanto, Secretário, são essas as minhas colocações. Agradeço a sua presença, muito obrigado.

R – Obrigado, Vereador Ricardo Nunes. Em relação à Prodam, temos tido, sobretudo em 2014, uma intensificação de trabalho contínuo. E não gostaria de entrar no mérito das dificuldades do ano passado, mas queria dar um testemunho. Apesar de todos os desafios trazidos este ano por conta da reforma educacional, e do gerenciamento que a Prodam nos ajuda a respeito de vários pontos, inclusive de equilíbrio, estabilidade da rede e tudo mais, em relação a outros prestadores, como é o caso da Embratel, que estão naquela conta grande de 56 milhões, mas a Prodam tem sido muito diligente ao nos ajudar com atendimento muito mais rápido, mais efetivo do que vinha acontecendo. Temos todos os motivos para continuar acreditando numa empresa pública, que tem dado muitas contribuições para a cidade e para a própria Secretaria da Educação.

Apesar de que este ano, por exemplo, temos o SGP – Sistema de Gestão Pedagógica, que é uma novidade extremamente significativa e trabalhosa na rede pública. Esse sistema, dentre outras coisas, permite que a cada dia os profissionais de educação façam registros por dia em termos de presença, de ausências, anotações, notas, o tipo de material, matéria, conteúdo ministrado no dia para que, de fato, haja compartilhamento com aquele profissional que, por exemplo, é professor de português com os demais profissionais da escola. É um compartilhamento também com a família e com os alunos. Isso é uma grande novidade. Tivemos muitas apostas contra porque quando mexemos num sistema que estava no séc.XIX chegue ao séc. XXI utilizando mecanismos e houve uma frontal oposição. E no meu modo de entender com as posições mais atrasadas daqueles que não querem ver ou por algum motivo

quer turvar a clareza das informações educacionais, seja para as famílias, para os alunos ou principalmente para a própria escola.

Apesar de todas as cassandras, que diziam que ia ser um fracasso, ah, não dá; não há sistema, não há rede e tudo mais, 95% dos profissionais da Educação entenderam que apesar da grande dificuldade que há, e essa dificuldade está sendo vencida por eles, pela consciência. Sempre tive a seguinte opinião: se ficar esperando as condições ideais acontecerem para que certos avanços sejam feitos, essas condições nunca chegarão e muito menos os avanços. Claro, foi um ato de ousadia colocar esse sistema em funcionamento, apesar das precariedades.

A Embratel, que foi a herdeira da gestão dos sistemas de tráfego de informações, antiga Telefônica agora Embratel, está ainda – principalmente no primeiro momento deste ano – com muitas dificuldades e tudo isso está se ajustando.

Agora, a Prodam cumpre um papel, quero apenas dizer que pode ter algumas dificuldades em outras áreas do Governo, mas conosco tem sido diligente, acompanha, dedica-se, os diretores, o próprio Presidente da Prodam têm estado permanentemente conosco.

Em relação a esse outro custo, quero dizer que a Secretaria dispõe, faz algum tempo, de vários sistemas de suporte à rede, suporte de equipamentos, suporte de programas, apoio aos profissionais e, sobretudo, gerenciamento geral do trânsito das informações; empresas que foram contratadas há muitos anos, como é o caso da MSTec, quer dizer, são muitas prestadoras de serviços. E a compra especificamente de equipamentos nós não pretendemos fazer tão cedo, é mais a reposição do que existe hoje nos laboratórios escolares.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – São 56 milhões.

R – Nesse caso, não é para compra de equipamento. Aí são todos os serviços de apoio, de gerenciamento de dados, controle, acompanhamento de todos os dados, e suporte técnico, eles aconteçam em cada uma das nossas mais de 1.500 unidades escolares.

Especificamente compra de equipamento de informática, computadores, nisso

ainda não pudemos avançar. A nossa meta, mais para frente, é a ampliação do número de *tablets* postos à disposição das escolas pelo Sistema de Gestão Pedagógica.

Em relação à manutenção dos CEUs, especificamente fazendo menção a Cidade Ademar, todos temos a mais absoluta convicção de que dentre tantas áreas em que é prioritária implantação de equipamento dessa natureza, ninguém é mais prioritária do que Cidade Ademar. E por todos os critérios: sociais, educacionais, e tudo mais. Só que lamentavelmente em Cidade Ademar não temos nenhuma área pública para implantação de um CEU. Já estivemos com associações de moradores, o próprio Vereador Ricardo Nunes já tocou nesse assunto comigo e com a nossa equipe, enfim, é uma área que tem nossa total atenção. E a área que nós encontramos, que seria ideal, é de um Clube dos Funcionários da Caixa Econômica Federal, e a desapropriação foi em calculada em 96 milhões de reais, tornando completamente inviável, embora sendo a melhor área, pois já há equipamentos esportivos, mas o valor está completamente fora das possibilidades orçamentárias, pelo menos neste momento. Uma área menor foi também localizada, embora tenha declive muito forte e ocupação de remanescente da Mata Atlântica, o que fez com que, embora sendo uma área a ser vista até com um novo sistema arquitetônico de construção, há um problema grave em relação à existência de mata e ela seria afetada.

Quero apenas lhes dizer que, é claro, no caso de Cidade Ademar é prioridade. Antes de chegar aqui, na parte da manhã, o próprio Prefeito nos fez lembrar: precisamos resolver a situação da implantação do CEU da Cidade Ademar, que é um compromisso, inclusive, de campanha e tenho impressão de que se ainda não apareceu, daqui a pouco acontece uma solução.

Aproveito para dizer também que está em curso agora, também por orientação do Prefeito certa mudança do perfil dos novos CEUs construídos na cidade de São Paulo. A ideia é que esses novos CEUs sejam cada vez mais para a juventude. Até porque em alguns momentos, como o Vereador Ricardo Nunes lembrou, no caso de Santo Amaro não se tem

tanta demanda específica por Ensino Fundamental que está basicamente atendido.

Então o equipamento ali destinado, como um prédio para o Ensino Fundamental, será o mesmo equipamento intensamente utilizado para atividades do Pronatec, quando for o caso, para Educação de Jovens e Adultos ligada à formação profissional e outras atividades mais voltadas à juventude.

Nesse caso essa localização, aproveitando uma área disponível pública na região de Santo Amaro, permitirá que haja de fato atendimento a uma demanda real existente na região. Tudo isso para dizer que às vezes ficamos com uma ideia de quase uma escolha de Sofia. Por que vamos construir ali e não aqui. É o caso de Cidade Ademar em que a demanda e a convicção de todos nós é que ali acontecesse. Não teríamos condições de fazer agora, dentro do período governamental, diante dos impasses que ainda não foram superados.

Agora se isso supera, se há recursos, se encontra uma área que possa ser desapropriada a valores razoáveis, que possamos estabelecer isso como meta para realização dentro do Governo. E é claro que faremos. Se os senhores conhecem bem qual é a linha e o perfil do Prefeito Fernando Haddad sabem que ele se recusa a estabelecer compromissos para além da sua própria Administração.

Então o que está sendo feito é com a consciência de que poderá, deverá e será de fato executado, que é o caso desses primeiros 20 CEUs, vários dos quais planejados na zona Sul, como é o caso, por exemplo, do CEU que está planejado para Campo Limpo, Grajaú e esse de Santo Amaro.

Então Grajaú e Campo Limpo são duas unidades na região Sul da cidade de São Paulo. E já tem áreas públicas definidas, portanto, permitirá a sequência das providências relacionadas a sua construção. Já estão em andamento.

Finalmente quero dizer que em relação a EJA é importante que se separe o que é Movimento de Alfabetização, o Mova, e de fato, apesar de termos ainda um número grande de analfabetos absolutos e o Mova é um tipo de atividade quase como se fosse um acolhimento, o

início do processo de alfabetização, o transcurso, a evolução dessa pessoa que não era alfabetizada é a Educação de Jovens e Adultos.

E nesse caso temos tomado várias atitudes, a primeira delas – até comuniquei ao Secretário da Educação – é que vamos assumir praticamente integralmente a oferta de EJA na cidade de São Paulo. A Prefeitura de São Paulo vai assumir.

O que estava acontecendo era o seguinte: o candidato à Educação de Jovens e Adultos, que é um trabalhador, ele busca uma única unidade. Ele quer ali porque está no percurso da casa ao trabalho ou do trabalho para casa. É ali onde ele quer estudar. E frequentemente vem acontecendo que esse trabalhador se inscreve, mas a vaga que lhe é oferecida pelo sistema comum – Estado e Município – é outra escola distante daquele trajeto.

Isso fez com que até agora muitos dos demandantes de cursos de Educação de Jovens e Adultos simplesmente não aparecessem, se desinteressassem. A partir de 2015 faremos com que a matrícula aconteça aonde esse trabalhador, jovem ou adulto se inscrever. É claro que o Estado ainda continuará com um pequeno remanescente, que é a Educação de Jovens e Adultos nos estabelecimentos prisionais, em alguns casos específicos, mas o grosso mesmo será atendido diretamente pela unidade e exclusivamente pela Secretaria da Educação, portanto, valorizando e tomando a coragem de assumir para nós, a cidade de São Paulo, Secretaria Municipal de Educação, praticamente toda a oferta de EJA.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, 1.200 por sala, vai continuar isso?

R – Mas isso é para o Mova. E é uma rede ainda pequena que tem limites da sua própria expansão, já que a grande demanda em relação a esse jovem e adulto, ele quer na realidade prosseguir, ele não quer só estar alfabetizado. Ele quer continuar nos seus trabalhos educacionais. E aí é EJA. Não é Mova. Não é o Movimento Brasileiro de Alfabetização de Jovens e Adultos. O EJA é uma estrutura existente na nossa própria escola, com os nossos profissionais e professores.

As unidades de Mova, além do orçamento principal, que é fornecido pelo per capita

da Secretaria da Educação, que é esse valor que o senhor está se referindo, tem recebido a partir deste ano, inclusive, materiais escolares, uma grande demanda que já foi atendida e vai continuar. Isso permite que os estudantes da área de alfabetização tenham melhores recursos e os professores também.

Também está praticamente equacionado o fornecimento de lanches, que é uma demanda desse Movimento. Quer dizer, são custos indiretos, material e alimentação que vai chegar ainda e que podem de alguma maneira aumentar as condições de realização desse trabalho.

As unidades de Mova contam ainda com o apoio, na maior parte dos casos, de instituições daquela própria comunidade. Então elas vivem e realizam esse trabalho não apenas com subsídios da Prefeitura Municipal, mas também com o aporte de recursos que vem de segmentos, de organizações sociais que se interessaram em fazer essa obra social de grande valia.

Os recursos provenientes do Deutsche Bank, que fez um acordo para que não seja mais, entre aspas, molestado e resolva então pagar essa quantia, se não me engano de 40 e poucos milhões de reais. É uma situação que veio à tona antes do envio da peça orçamentária para esta Casa. É nova. E virá mesmo, todo ele para a Educação. São 40 e poucos milhões de reais, não tenho o número exato, transformando em dólar o valor em real.

Outra informação, o Aprender Sem Limites é um programa do Governo Federal que apoia as Prefeituras Municipais e os Governos Estaduais nas suas atividades relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência. A cada criança ou jovem, com deficiência, atendido, além dos recursos municipais, nós recebemos transferências federais para esse programa Aprender Sem Limites.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, 46 milhões, 825 mil da fonte 00, do Programa Aprender Sem Limites. É isso mesmo?

R – É. O nome é esse, entretanto, a Márcia está me lembrando que os AVEs

estagiários, que é o programa pago com os recursos da Prefeitura, diz respeito a esse tipo de ação.

Agora o nome Aprender Sem Limites é uma vinculação que decidimos fazer com o programa federal.

O SR. RICARDO NUNES – Então, Secretário, vamos precisar ver com sua assessoria, com relação ao dinheiro do Maluf - uma dotação para receber - podemos fazer num substitutivo da peça?

Esse dinheiro vem mesmo, está certo?

R – Tive essa informação do próprio Prefeito. Isso vai de fato ajudar. Nesse caso, Vereador, por decisão do próprio Prefeito, vai diretamente para o apoio ao Programa de Construção de Creches, CEIs.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de agradecer mais uma vez a presença do Secretário Municipal de Educação, Antonio Cesar Callegari, sua equipe e todos que compareceram.

Por mais de duas horas ficamos debatendo e agradeço a presença e paciência para este debate que foi de fundamental importância para esta Casa.

Declaro encerrada esta audiência pública.